



# Anais da Assembleia

Nº 024

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 21 DE MARÇO DE 1991

ANO XVII

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 18.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 1991  
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Geraldo Cartário, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, Ernani Pudell, Hermas Brandão, Neivo Beraldin, Paulo Maia e Rafael Greca de Macedo (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Indicação:

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Através do presente, dirijo-me a Vossa Excelência, no sentido de efetivar as substituições nas Comissões Técnicas, conforme vai especificado:

1 - Comissão de Agricultura, Indústria

e Comércio - Dep. João Preis como titular, no lugar do Dep. Dirceu Manfrinato; Dep. Dirceu Manfrinato, no lugar do Dep. Renato Adur, como suplente.

2 - Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação - Dep. Renato Adur, como suplente, no lugar do Dep. Dirceu Manfrinato.

3 - Comissão de Constituição e Justiça - Dep. José Tavares, como titular, no lugar do Dep. Carlos Simões; Dep. Carlos Simões, como suplente, no lugar do Dep. Djalma de Almeida César.

4 - Comissão de Tomada de Contas - Dep. João Preis, como suplente, no lugar do Dep. Djalma de Almeida César.

5 - Comissão de Segurança Pública - Dep. José Tavares, como titular, no lugar do Dep. Djalma de Almeida César.

6 - Comissão de Saúde Pública - Dep. João Preis, como suplente no lugar do Dep. Djalma de Almeida César.

Sendo o que se apresenta, colho do ensejo para renovar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 22.03.91

(a) ORLANDO PESSUTI.

Líder do Governo e PMDB

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 501

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.<sup>a</sup> discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 21.03.91

(a) ADEMAR TRAIANO.

### REQUERIMENTO Nº 512

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, que os itens de nº 01 a 14 da Ordem do Dia, referentes às discussões únicas dos vetos, sejam apreciados em bloco, salvo pedidos de destaque, a título de recurso, conforme se segue: 1º bloco: 186/90; 01, 06, 14, 17, 18, 21, 25 e 30/91; 2º bloco: 08, 22 e 23/91. - 02/91

Sala das Sessões, em 21.03.91

(aa) ORLANDO PESSUTI - PMDB;

ERONDY SILVÉRIO - PTB;  
 GERALDO CARTÁRIO - PDT;  
 ROSSONI - PRN;  
 HERMAS BRANDÃO - PSDB;  
 COLOMBINO GRASSANO - PL;  
 OVÍDIO CONSTANTINO - PT e  
 BASÍLIO ZANUSSO - PFL.

REQUERIMENTO N° 502

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, destaque para discussão única da Proposição n° 02/91, veto apostado ao Projeto de Lei n° 572/90, que acrescenta artigos à Lei 9.295, que cria a Universidade do Centro Oeste.

Sala das Sessões, em 21.03.91

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO.

Apoioamento: Toti Colaço.

REQUERIMENTO N° 511

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, destaque para discussão e votação da Proposição n° 22/91, veto apostado ao Projeto de Lei n° 41/90.

Sala das Sessões, em 21.03.91

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 490

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER, a inserção na Ata dos trabalhos da sessão da Assembléia Legislativa, hoje, de um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Manoel Linham, ocorrido em data de ontem na cidade de Arapongas.

Requer, outrossim, da decisão desta Casa, se dê conhecimento a sua esposa Sr.<sup>a</sup> Josefina Linham, que reside à rua Marabu, n° 765, na referida cidade de Arapongas.

Sala das Sessões, em 21.03.91

(a) COLOMBINO GRASSANO.

JUSTIFICATIVA:

A população de Arapongas está profundamente consternada com o falecimento, ocorrido ontem, de Manoel Linham.

Foi ele um paradigma de honradez e seriedade.

Dignificou a Câmara Municipal daquela cidade, onde por várias legislaturas, serviu seu povo como Vereador e à ela como seu Presidente.

Pisou em solo araponguense como um dos seus pioneiros.

Conquistou o respeito da cidade que elegeu para viver, através de uma vida toda voltada em favor da população mais carente, empregando o melhor dos seus esforços, como auxiliar do Poder Judiciário,

onde foi responsável pela vigilância e defesa de menores ao longo de mais de 20 anos.

Deixa, além do exemplo de vida, a esposa Sr.<sup>a</sup> Josefina Linham, filhos, netos e bisnetos.

REQUERIMENTO N° 518

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, a convocação do Sr. Nassib Jabur, Superintendente da Lotopar, Loteria do Paraná, perante o Plenário desta Assembléia Legislativa, para prestar Contas da Atuação da Lotopar durante o período em que esteve à frente, e que ainda se encontra, para que o Plenário deste Poder possa esclarecer as dúvidas que pairam sobre a aplicação dos recursos que a Lotopar dispõe e a conveniência ou não da manutenção por parte do Estado de tal modalidade de Loteria Estadual.

Sala das Sessões, em 21.03.91

(aa) Ovídio Constantino;

Ernani Pudell e

Doutor Rosinha.

Apoioamento: Nelson Justus, Lourenço Fregoneze e Plauto Miró Guimarães.

REQUERIMENTO N° 491

Senhor Presidente.

O Deputado Basílio Zanusso, ao final assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando a criação do Distrito Judiciário de São João, no município de Altônia.

Sala das Sessões, em 21.03.91

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

O presente tem por objetivo dar atendimento a uma justa reivindicação dos habitantes da comunidade de São João, que já preenche os requisitos básicos necessários para elevar-se à categoria de Distrito Judiciário.

Considerando que a nova configuração de distrito judiciário irá propiciar grandes benefícios aos habitantes da comunidade de São João, nada mais justo e oportuno que esta Casa de Leis venha hipotecar integral apoio ao presente requerimento.

REQUERIMENTO N° 494

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião, solicitando determinar estudos para rever a desativação da Delegacia Regional da Receita de União da Vitória, atendendo apelos das classes produ-

Curitiba, quinta, em 21.03.91

toras de toda a Região, bem como da Associação dos Municípios Sul Paranaense (Ansulpar) e pelas razões explicitadas na justificativa.

Sala das Sessões, em 21.03.91

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

**JUSTIFICATIVA:**

O fechamento da Delegacia Regional da Receita Estadual de União da Vitória, representa um prejuízo incalculável para a economia da Região Sul do Paraná, e, por decorrência terá também reflexos na máquina arrecadadora do Estado.

A Delegacia da Receita de União da Vitória tem prestado serviços de grande relevância para a região, especialmente no sentido primordial que é a arrecadação, com seus funcionários altamente capacitados e imbuídos do melhor relacionamento com as autoridades do fisco catarinense, onde fazemos fronteira e política de boa vizinhança. Desta forma é necessário que seja revista a desativação e mantida em operação aquela importante Delegacia para continuar a prestar relevantes serviços para os quais foi implantada.

A Delegacia de União da Vitória tem um papel da maior significação, atuando com competência no âmbito do fisco arrecadador dando destacado apoio ao setor, colaborando de forma expressiva com a arrecadação estadual.

É preciso que se façam estas colocações para justificar o nosso pedido, e, é muito importante mostrar o lado positivo da questão, é ainda muito mais importante levar conhecimento do Senhor Governador as angústias das autoridades, daquela próspera região, que caminham lado a lado unindo forças para manter e aprimorar o atual estágio de desenvolvimento. Trata-se de uma questão de justiça atender as reivindicações daquela gente que no momento atual, mais se faz necessário a presença da Delegacia, com sua estrutura e experiência para não comprometer o processo fisco-arrecadador.

Por estas razões a continuidade da Delegacia Regional da Receita de União da Vitória, justifica-se plenamente. Nós acrescentamos: sua permanência, a continuidade do seu serviço é indispensável para o Paraná.

**REQUERIMENTO N° 486**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, e ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a viabilidade da agilizar estudos para a execução do projeto já existente, de construção da Rodovia Maringá/Curi-

tiba, Via Faxinal dos Mendes.

Sala das Sessões, em 21.03.91

(a) JOÃO PREIS.

**JUSTIFICATIVA:**

Conforme projeto já existente, a construção desta rodovia é fundamental para o desenvolvimento da Região Noroeste do Estado, tornando-se sem dúvida alguma, uma das mais importantes ligações na região, tendo em vista que evitaria a concorrência feita pelo Porto de Santos, e facilitará o escoamento da produção agropecuária, industrial e comercial com destino ao Porto de Paranaguá.

Além de encurtar a distância em 70 Km aproximadamente entre o município de Maringá e a Capital do Estado, este traçado desvia por completo a região serrana existente na atual rodovia, BR-376, facilitando assim, aos produtores do Norte do Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Acre.

A execução desta obra será de grande utilidade para o desenvolvimento da região e outros reflexos de ordem sócio-econômico que poderão advir.

**REQUERIMENTO N° 487**

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, e ao Excelentíssimo Sr. Secretário Especial do Meio Ambiente pleiteando as providências que se fizerem necessárias objetivando a instalação de um escritório regional da SUREHMA - Superintendência de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente na cidade pólo de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 21.03.91

(a) JOÃO PREIS.

**JUTIFICATIVA:**

Ocorre, Sr. Presidente, que a microrregião administrativa polarizada por Paranavaí congrega vinte e três municípios, ocupando considerável área territorial do Estado. A situação ambiental do Noroeste paranaense é das mais críticas, agravada ainda com a presença de dezenas de indústrias farinheiras assentadas às margens de córregos e rios, neles lançando seus dejetos, comprometendo ainda mais a qualidade das águas, já contaminadas pelo uso irracional de agrotóxicos em lavouras que lhes fazem divisas, desprotegidas que foram pelo desmatamento ciliar. Por outro lado, estas indústrias, sustento de centenas de famílias, de milhares de empregados, geradores que são de impostos, poderão vir a ser beneficiadas com um programa de plantio de espécies energéticas para o sustento de suas caldeiras, vez que estão prestes a se inviabilizarem, pela crescente falta de madeira. Outros fatores justifi-

cam a presente proposição, sendo mister mencionar que aquela região é atendida pelo já sobrecarregado escritório da SUREHMA de Maringá.

**REQUERIMENTO N° 488**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente-telex, ao Sr. Ministro de Estado da Educação, solicitando a liberação urgente da verba destinada a manutenção da Universidade Federal do Paraná, já aprovada para o exercício de 1991.

Sala das Sessões, em 21.03.91

(a) GERALDO CARTÁRIO.

**JUSTIFICATIVA:**

Em entrevista concedida aos órgãos de comunicação o Sr. Reitor da U.F./Pr., Professor Carlos Alberto Faraco, afirmou que a verba para exercício de 1991, aprovada, num total de Cr\$ 4.617.000.000 - (quatro bilhões, seiscentos e dezessete milhões de cruzeiros), sequer foi liberada pelo menos 10% (dez por cento), prometida de imediato pelo Sr. Presidente da República, o que estranhamente não ocorreu até a presente data.

**REQUERIMENTO N° 489**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, para que seja determinado aos Srs. Secretários de Estado e órgãos afins, tratamento idêntico ao município de Fazenda Rio Grande, recém-criado, o que vem sendo praticado aos demais municípios do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.03.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

**JUSTIFICATIVA:**

Desde que já foram cumpridas todas as exigências legais previstas para a instalação do município em questão, não se justifica que a população não receba o tratamento dispensado ao município-sede, como por exemplo: não contar com Delegacia de Polícia, Agência Autônoma da COPEL, Agência de Rendas, Agência de Correios e outros serviços públicos indispensáveis à comunidade.

**REQUERIMENTO N° 498**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando o aumento do efetivo policial na municipalidade de Mallet.

Vindo ao encontro das iniciativas do Poder Legislativo e do próprio titular do Órgão, o Sr. José Ramos Forbeci, a situação do funcionamento é extremamente precária. A Décima Regional é também responsável pelo atendimento de Rebouças, Rio Azul e Paulo Frontin, cuja maioria das cidades não conta com um escrivão, obrigando o Delegado a se deslocar, freqüentemente, para fazer tais serviços burocráticos, em prejuízo de uma ação policial que, por sua vez, necessita urgentemente de pelo menos dois agentes.

Em se tratando de uma solicitação bastante antiga e em face dos inúmeros processos de inquéritos que se avolumam por falta de pessoal especializado, aguarda-se a adoção de medidas que ponham fim à aludida questão.

Sala das Sessões, em 21.03.91.

(a) TOTI COLAÇO

**REQUERIMENTO N° 503**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Elias Abraão, Secretário de Educação do Estado do Paraná, solicitando a implantação do ensino de quinta à oitava séries na Escola Municipal André Zenire, Ensino de 1° grau, no Jardim América em Toledo - PR.

Sala das Sessões, em 21.03.91.

(a) DUÍLIO GENARI

**JUSTIFICATIVA:**

A localização da referida escola distante da área central e de outros bairros, dificulta, sobremaneira, o acesso da população à escolaridade, motivo pelo qual a implantação do ensino de quinta à oitava séries, ser de suma importância para o atendimento educacional de grande parte da população daquele bairro.

**REQUERIMENTO N° 504**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que autorize o início da construção com pavimentação asfáltica da rodovia que liga Luz Marina, São Pedro, São Judas Tadeu, São Francisco, à BR-277.

Sala das Sessões, em 21.03.91.

(a) DUÍLIO GENARI

**JUSTIFICATIVA:**

O presente requerimento solicitando a construção desse asfalto, torna-se medida oportuna e necessária, pois beneficiará grande região produtora e que atualmente

Curitiba, quinta, em 21.03.91

se ressentido de uma via asfáltica, para o escoamento de uma grande e variada produção agrícola.

Os agricultores dessa vasta região, têm na construção dessa rodovia, a sua maior aspiração, porquanto seu trabalho na produção de alimentos, aves e suínos, estaria melhor remunerado.

É a produção agrícola do Estado em franco desenvolvimento, merecendo portanto a atenção dos governantes.

#### REQUERIMENTO N° 505

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Doutor Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que autorize o início da construção com pavimentação asfáltica de uma Rodovia Secundária interligando as localidades de Bom Princípio e Gramado à BR-467, trecho Toledo - Cascavel.

Sala das Sessões, em 21.03.91

(a) DUÍLIO GENARI.

#### JUSTIFICATIVA:

As dificuldades de tráfego dos moradores e produtores dessas localidades são, muitas vezes, intransponíveis, especialmente em determinadas épocas do ano, quando as chuvas impedem, por exemplo, a entrega da produção de aves, nos dias marcados.

Esta ligação asfáltica vem atender a uma região de variada produção agrícola, aves e suínos.

#### REQUERIMENTO N° 506

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Rogério Walbach Tizzot, Diretor do Departamento de Estradas e Rodagem - D.E.R., solicitando interceder junto ao Chefe do 8° Distrito do Departamento de Estradas e Rodagem - D.E.R., de Cascavel - Pr., para viabilizar a construção de pontes de alvenaria sobre o Rio Guaçu, sendo uma na divisa que liga Novo Sarandi e Dois Irmãos e outra na divisa que liga Linha Giacomini a Vila Nova, no Município de Toledo-Pr.

Sala das Sessões, em 21.03.91

(a) DUÍLIO GENARI.

#### JUSTIFICATIVA:

A construção das referidas pontes, são de grande importância econômica, uma vez que essas estradas vicinais permitem o escoamento de grandes safras agrícolas da região e as pontes, atuais, construídas em madeira, há muitos anos, não oferecem garantia de tráfego normal, especial-

mente para caminhões de cargas mais pesadas.

#### REQUERIMENTO N° 507

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, solicitando providências visando a implantação de um Módulo Policial, no Jardim América, no Município de Toledo-Pr.

Sala das Sessões, em 21.03.91.

(a) DUÍLIO GENARI

#### JUSTIFICATIVA:

A Segurança Pública, nos últimos anos, vem merecendo das autoridades estaduais atenção em caráter prioritário.

No bairro Jardim América, cidade de Toledo e adjacências, a precariedade da segurança pública é flagrante. A implantação de um Módulo Policial se torna medida inadiável para oferecer àquela população o mínimo de tranquilidade e segurança para o trabalho, desenvolvimento e bem-estar das famílias.

#### REQUERIMENTO N° 508

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial desta Casa ao Secretário Especial da Justiça, Senhor Goya Campos e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Senhor José Moacir Favetti, solicitando atenção especial e urgência, na transferência da Cadeia Pública para instalações adequadas e melhorias necessárias ao seu funcionamento, no município de Londrina.

Requer, outrossim, que desta decisão seja dada ciência ao Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara e Vereadores do Município de Londrina, ao Superintendente da 10ª Subdivisão Policial de Londrina e ao Conselho Comunitário de Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 21.03.91.

(a) EMÍLIA BELINATI

#### JUSTIFICATIVA:

Instalada na área central, a Cadeia Pública há muito deixou de atender aos seus objetivos. Ela não tem condições de comportar os detentos, que sempre são em número maior que a sua capacidade de lotação.

Até aqui as autoridades Estaduais não se mostraram sensíveis à reivindicação de autoridades do Poder Judiciário, da Polícia e da comunidade, para dotar Londrina de uma Cadeia Pública que corresponda, inclusive, ao acentuado crescimen-

to da população com a conseqüente elevação dos índices de criminalidade no Município.

#### REQUERIMENTO N° 509

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Presidente do Banco do Brasil, Alberto Policaro, a Ministra da Economia, Zélia Cardoso, e ao Presidente da República, Fernando Collor, solicitando a revisão e suspensão da decisão e desativar as agências do Banco do Brasil nos municípios de, Enéas Marques, Pérola do Oeste, Planalto; também, revisão e suspensão de desativar as Seção Externa, Posto Avançado e Posto de Atendimento, nos Municípios de Francisco Beltrão, Pato Branco, Itapejara, Planalto, Pérola do Oeste, Clevelândia, Dois Vizinhos, Salto do Lontra, Santo Antônio do Sudoeste, Marmeleiro e Chopinzinho, haja vista que começa a gerar sérios problemas de ordem financeira e social, agricultura atravessa um dos momentos mais difíceis de sua história e o Banco do Brasil tem sido um aliado a produção agropecuária, e requer também, seja dada ciência do presente a AMSOP, ACAMSOP, as Prefeituras, Sindicato de Trabalhadores e Empregados Rurais, e as câmaras de vereadores dos municípios acima citados.

Sala das Sessões, em 21.03.91.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

Apoiamto: Domingos Carvalho, Nilton Cesar Servo, Ademar Traiano, João Arruda, Emília Belinati, Doutor Rosinha, Albino Corazza e Geraldo Cartário.

#### REQUERIMENTO N° 513

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, soliciando liberação de verbas para a desapropriação de uma área de 542,08 hectares de terras, visando a implantação do novo aeroporto internacional e regional de Londrina.

Sala das Sessões, em 21.03.91.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoiamto: Nilton Cesar Servo, Domingos Carvalho, Heinz Herwig, Rossoni, Emília Belinati, José Artur Ritti, Colombino Grassano, Plauto Miró Guimarães, Arlindo Troian, Erondy Silvério, Nelson Justus, Antônio Annibelli, Lourenço Fregonese, Arttagão Mattos Leão e uma ilegível.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade solicitar ao ilustríssimo Senhor Governador do Estado, Roberto Requião, a

liberação de verbas para a desapropriação de uma área de 542,08 hectares de terra, visando a implantação do novo aeroporto internacional e regional de Londrina.

Londrina tem-se destacado e firmado como o segundo grande aglomerado urbano de nosso Estado; sua importância como grande pólo de desenvolvimento e município líder do Norte Pioneiro, do Norte Novo e do Noroeste é indubitável, para não mencionar sua fundamental importância na economia paranaense, não só como pólo agrícola, mas também como pólo industrial.

A implantação do novo aeroporto de Londrina, que com sua pista de 4.000 metros serviria para operações de cargueiros de grande porte, premiaria pelo mais justo dos merecimentos a pujança e riqueza de Londrina, que mais uma vez seria motivo de orgulho de um Paraná cada vez maior.

Assim sendo, certo de que este pedido será devidamente apreciado e aceito, finalizamos destacando a importância da obra que, diga-se de passagem, reveste-se de um caráter pioneiro e da qual o Paraná não pode abrir mão, na medida em que a riqueza do Estado, já faz por merecer de há muitos anos um aeroporto internacional.

#### REQUERIMENTO N° 514

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, integrantes do Bloco Parlamentar Municipalista, constituído de acordo com Requerimento n° 241/91, protocolado sob n° 1.818, em 07.03.91, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente, com cópia desta proposição, ao Presidente da Câmara dos Deputados, ao Presidente do Senado Federal, ao Presidente da República, aos Senadores do Paraná e aos Deputados Federais do Paraná, solicitando a inclusão no Projeto de Reconstrução Nacional, para debate e negociação, de propostas para o fortalecimento dos Municípios mediante:

A) aumento do recebimento do Fundo de Participação dos Municípios;

B) descentralização da Administração Pública e maior autonomia dos Estados e Municípios;

C) solução definitiva da dívida dos municípios à Previdência Social;

D) aprovação da Lei Complementar a que se refere o parágrafo único do Artigo 23 da Constituição Federal, após amplo debate com as Associações dos Municípios.

Seja dado conhecimento da presente proposição, mediante envio de correspondência, com cópia do requerimento, aos Presidentes das Associações dos Municípios de todos os Estados, à Associação dos Municípios do Brasil, à Frente Nacional de Prefeitos, às Associações Microrregionais

Curitiba, quinta, em 21.03.91

de Municípios do Paraná, às Associações Microrregionais de Câmaras de Vereadores e à União de Vereadores do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.03.91.

(aa) ALBINO CORAZZA

ALCEU SWAROWSKI

Apoiamento: Durval Amaral, Edson Silva Lino, Cezar Silvestri, Toti Colaço, Dobrandino da Silva, Severino Félix, Geraldo Cartário, Rossoni, Arlindo Troian, Colombino Grassano, Duílio Genari, Domingos Carvalho, João Preis, Orlando Pessuti, Ademar Traiano.

JUSTIFICATIVA:

O Presidente da República propôs aos brasileiros o debate do "Projeto de Reconstrução Nacional" e na apresentação do documento diz que seu "Governo incorpora, como ponto fundamental, o anseio do povo por mudanças profundas", e que "incorporava uma concepção do que seria o Brasil moderno e das condições de realizar o salto qualitativo na vida nacional".

Com o lançamento do debate o Governo Federal deixa de impor medidas e passa a propor soluções para alcançar um País moderno, comparando às nações desenvolvidas que partiram de formulações de projetos sustentados pela vontade popular, a partir do que poderemos alcançar a premissa de que precisamos de mais Brasil e menos Brasília.

O homem mora no Município e aí convive com os problemas brasileiros, por isso, é no Município que devem ser tomadas as decisões para a retomada do processo e do desenvolvimento integral do homem, pois no município estão as soluções a custo social e financeiro cinquenta por cento mais econômicas.

Uma nação somente será forte e desenvolvida se for constituída de Municípios fortes e desenvolvidos, pois neles se efetivam os princípios do dinheiro público mais bem aplicado e mais rigorosamente fiscalizado, como provam as nações desenvolvidas, formadas por municípios e Estados fortes.

A União não faz o que pode ser feito pelo Estado; o Estado não faz o que pode ser feito pelos Municípios.

O município assume todos os problemas sociais de sua população, não podendo, portanto, além disso, pagar a Previdência, assumindo o ônus de manter a situação de miséria, pobreza e desemprego que vive o povo brasileiro.

É nos municípios que se ampliam os parques industriais possibilitando a oferta de emprego que, por sua vez, proporcionam ao cidadão condições financeiras de acesso à alimentação, à educação, à habitação e à saúde.

É nos municípios que se implantam os núcleos habitacionais e a infra-estrutura

necessária à vida digna e justa do cidadão e se lhe permite o atendimento básico de saúde.

Brasília está muito longe dos brasileiros, e a burocracia governamental alonga ainda mais o caminho de acesso aos benefícios a que todos têm direito, mas que se tornam praticamente inacessíveis, ou que, para consegui-los, se faz necessária a movimentação, em Brasília, dos Prefeitos, conforme anunciou, em recente entrevista, o Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, José do Carmo Garcia, em busca da renegociação da dívida dos municípios com o IAPAS, e o aumento do recebimento do FPM.

Temos o engajamento ainda, nesta causa, do Governador do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, comprometido com seu pronunciamento de posse quando propôs que "vamos juntos realizar o velho e sempre adiado sonho de um governo municipalista. Vamos juntos exigir a ampliação do fundo de participação dos municípios. Vamos juntos administrar com sabedoria e rigor o fundo de desenvolvimento urbano".

O parágrafo único do artigo 23, da Constituição Federal estabelece que "Lei Complementar fixará normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do Bem Estar, em âmbito nacional".

Para que tal lei complementar possa refletir os anseios e se adapte às necessidades de todos os brasileiros, torna-se indispensável o debate, a discussão e a coleta de sugestões, com a participação dos Municípios e das Câmaras de Vereadores, através de suas Associações.

Já é hora de transformar em fato o discurso do direito ao povo brasileiro que vive nos Municípios, razão porque gostaríamos de merecer o parecer favorável do egrégio Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO N° 515

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente com cópia desta proposição, ao Presidente do Senado Federal, ao Presidente da República, aos Senadores do Paraná, aos Deputados Federais do Paraná, ao Ministro da Agricultura, à Ministra da Economia, ao Presidente do Banco do Brasil e ao Presidente do Banco Central solicitando a inclusão no debate e negociação do Projeto de Reconstrução Nacional de proposta para:

a) reativação da CREAL - Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, como mecanismo de fomento à produção e fixação do homem no campo;



b) aprovação de lei complementar ao artigo 192 da Constituição Federal viabilizando a criação imediata do Banco Nacional Cooperativo, consolidando assim as Cooperativas de Crédito e regulamentando a criação de Bancos Comunitários Regionais e Municipais.

Seja dado conhecimento, através de correspondência, com cópia do requerimento, à Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, à OCEPAR, à Federação da Agricultura do Estado do Paraná, à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, à Confederação Nacional da Agricultura, à Federação do Sindicato dos Bancários e à Associação Nacional das AABBs.

Sala das Sessões, em 21.03.91.

(a) ALBINO CORAZZA

**JUSTIFICATIVA:**

É sabido que em todos os países do mundo a agricultura, de modo especial a pequena propriedade, não sobrevive sem apoio oficial.

Ao contrário, dispõe de política clara e definida, inclusive com apoio e fomento de Banco de Crédito Público.

No Brasil, desde 1888, a economia, eminentemente agrícola, vem sendo fomentada através de linhas de créditos especiais do Banco do Brasil, tendo consolidado seu papel em 1938 com a abertura da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial - CREAI, que foi um marco na história da agricultura brasileira, como a memorável marcha para o Oeste, deflagrada no início dos anos 40 pelo então Presidente Getúlio Vargas.

A necessidade de atender as pequenas comunidades rurais levaram o Banco do Brasil a uma expansão que atingiu aproximadamente quatro mil pontos, entre agências e postos avançados, que permitiram o desenvolvimento do setor produtivo aos níveis que hoje verificamos.

O estágio de desenvolvimento em que nos encontramos, porém, não representa ainda patamar ideal para as necessidades de produção de alimentos e geração de empregos aos brasileiros, não se justificando, portanto, a interrupção do processo de fomento à produção que é o papel principal do Banco do Brasil.

Distorções do sistema agrícola, industrial e econômico nacional, priorizando exportações, determinaram o desequilíbrio que gerou o aumento dos latifúndios, o êxodo rural, a devastação ecológica e a acentuada redução de produção de alimentos, com conseqüente desemprego rural, queda do nível de vida da população e o desordenado crescimento dos centros urbanos.

Para alcançar os objetivos propostos pelo Presidente da República no Projeto de

Reconstrução Nacional de viabilizar tratamento preferencial aos produtores de baixa renda e de garantir o abastecimento alimentar da população é indispensável a manutenção do fomento à atividade e para tanto faz-se necessária a presença de um órgão oficial ao que o Banco do Brasil satisfaz perfeitamente por dispor de toda estrutura para tal e um quadro de funcionários com larga experiência, competência, conhecimento e tradição no trato com o agricultor e que não pode ser ignorado, tanto é verdade que inúmeros técnicos do Banco do Brasil ocupam e ocuparam lugar de destaque em postos e cargos de comando municipais, estaduais e nacionais.

Fechar agências e postos avançados do Banco do Brasil, colocados à disposição da classe produtora, significa distanciar o produtor do mecanismo viabilizador da produção de alimentos e geração de empregos, mesmo porque, o Banco do Brasil, além de levar o progresso e o desenvolvimento a todos os recantos do País, sempre foi lucrativo, apesar de nos últimos anos sofrer golpes e calotes, não por má administração, não por falta de contrapartida dos produtores, mas por ter assumido e pago o ônus social e arcado integralmente com os custos financeiros de planos governamentais a saber:

- 1986 - Plano Cruzado I e II - anistia;

- 1989 - Plano Verão - dispensa da correção monetária;

- 1990 - Plano Collor - diferença da ordem de 43 por cento, no recebimento dos débitos de custeio, provocada pela cobrança de juros de 41 por cento, quando a inflação era de 84 por cento;

- PROAGRO - o produtor recolhe sua contribuição para o seguro ao Banco Central, enquanto o Banco do Brasil efetua o pagamento sem ter o ressarcimento devido.

Defendemos tais benefícios aos produtores, mas não concordamos que o Banco do Brasil, que é um patrimônio dos brasileiros, tivesse que pagar as contas devidas pelo tesouro nacional.

O apoio oficial é indispensável, mas a iniciativa privada deve ser estabelecida igualmente, como forma de estabelecer o equilíbrio, e o sistema cooperativista no Brasil já demonstrou a sua eficiência e eficácia no desenvolvimento progressivo da produção e produtividade, razão que o qualifica como merecedor de incentivo e incremento nas atividades que desenvolve.

É intenção do Governo Federal a garantia da manutenção da prioridade ao atendimento dos produtores de alimentos e pequenos produtores, o que estaria viabilizado com a criação imediata do Banco Nacional das Cooperativas, com reforço das Cooperativas de Crédito, encarregadas do finan-



Curitiba, quinta, em 21.03.91

ciamento e regularização dos instrumentos produtivos agropecuários.

Os desequilíbrios regionais poderiam ser minimizados mediante investimentos alocados aos setores prioritários, com recursos gerados e captados da própria realidade regional, regulados e administrados pela própria comunidade, por estruturas administrativas e de recursos humanos diminutas, e sem evasão de recursos financeiros.

O progresso e o desenvolvimento se consolidam, comprovadamente, a partir de iniciativas regionalizadas, sustentadas sobre a vocação intrínseca de cada comunidade.

O fomento e incremento deste processo torna-se mais facilmente viável e rentável a partir da capacitação da comunidade para gerenciar seus recursos e promover seu desenvolvimento. Por isso faz-se oportuno o momento de possibilitar e viabilizar a implantação de bancos comunitários regionais e municipais, a exemplo dos sistemas existentes nos países que assim consolidaram seu desenvolvimento.

Tal iniciativa preenche o que estabelece o "caput" do artigo 192 da Constituição Federal: "O Sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade..." combinado com o Parágrafo Segundo: "Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados".

A geração de empregos, a produção de alimentos e a produção de vida digna aos brasileiros são interesses da coletividade e responsabilidade também da União, e a existência de Bancos Comunitários Regionais e Municipais assegurará o fomento e financiamento às atividades produtivas dos diversos segmentos da comunidade no comércio, indústria e agropecuária.

O progresso e desenvolvimento do Brasil somente será consolidado com a promoção de meios eficazes para sua obtenção e somente poderá ser considerado efetivo com a valorização da pessoa humana no meio em que ela vive, tendo assegurados seus direitos ao trabalho, à alimentação e à vida digna, configurando-se então o estado de justiça social.

Diante disso, solicitamos o parecer favorável do egrégio Poder Legislativo do Estado do Paraná, à proposição apresentada.

#### REQUERIMENTO N° 499

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando a designação de dois Agentes de Segurança para o Município de Teixeira Soares, atendendo a solicitação do Prefeito Municipal Senhor João Inácio Roos.

Atualmente com reduzido número de policiais, não tem sido possível a realização de um trabalho à altura das reais necessidades, o que, conseqüentemente, causa intranquilidade por parte daquela laboriosa comunidade, que quer mais tranquilidade e segurança.

E face do exposto, espera-se que num menor prazo de tempo possível, sejam tomadas as providências no que tange a presente solicitação, o que certamente ocorrerá, dada a sensibilidade que tem essa Pasta para os assuntos pertinentes à sua área.

Sala das Sessões, em 21.03.91.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 510

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Secretário Chefe da Casa Civil, Deputado Caíto Quintana, o seguinte Pedido de Informações indagando:

01 - Quais os motivos que levaram a Casa Civil a determinar o cancelamento das licitações promovidas pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, especialmente da concorrência prevista no Edital n° 004/91 - DER/DO?

02 - Qual a previsão governamental para o início das obras de pavimentação do trecho Teixeira Soares-Guaragi, na Pr-438?

Sala das Sessões, em 21.03.91.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

A terraplanagem e conseqüente pavimentação do trecho Teixeira Soares-Guaragi, na Pr-438, é uma antiga reivindicação dos municípios de Teixeira Soares e Ponta Grossa e, de modo mais amplo, da região dos Campos Gerais. O cancelamento da concorrência preocupou as pessoas envolvidas que necessitam de melhores informações, pois não se sabe se é uma medida definitiva ou temporária do novo Governo Estadual. Esta razão leva-me a apresentar o presente requerimento.

#### REQUERIMENTO N° 516

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, ouvido o Plenário, que se oficie ao Ministro Dr. Osires Silva, do Ministério da Infra-Estrutura, ao Secretário Nacional de Energia, Dr. Rubens Vaz

Costa, em Brasília, ao Presidente da ELETROBRÁS, Dr. José Maria Siqueira Barros, no Rio de Janeiro, e ao Presidente da ELETROSUL, Dr. Amílcar Gazaniga, em Florianópolis, solicitando informações sobre a aplicação dos recursos financeiros que foram destinados à construção da Barragem de Ilha Grande, no Rio Paraná, entre os municípios de Guaíra, no Paraná, e de Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul.

Sala das Sessões, em 21.03.91.

(a) NILTON CÉZAR SERVO

#### JUSTIFICATIVA:

A Barragem da Ilha Grande constitui-se mais uma das obras faraônicas do Governo Federal. Iniciada há mais de 8 anos atrás, com orçamento astronômico calculado em mais de 1,5 bilhões de dólares, essa obra gigantesca está inacabada e abandonada.

Segundo informações fidedignas, já foram gastos naquela obra mais de 100 milhões de dólares, com os seguintes investimentos, lá existentes:

1º) Um canteiro de obras, no qual foram gastos mais de 25 milhões de dólares, de fazer inveja a qualquer cidade, em sua infra-estrutura, bem melhor que a de Guaíra, onde se destacam:

- Clube Social;
- Casa de visitas, uma espécie de hotel de cinco estrelas;
- Casa de festas;
- Ginásio de Esportes;
- 3 vilas residenciais, com mais de 1.200 casas mistas, sendo que 700 delas possuem até ar condicionado;
- colégio de 1º e 2º graus, com todas dependências, inclusive salas de aula com ar condicionado, laboratórios, bibliotecas;
- dois centros de esportes e lazer, com quadras de esportes polivalentes;
- igreja, lanchonete, restaurante, almoxarifado, refeitórios;
- rede de esgoto, asfalto, água encanada e luz.

2º) Uma ponte de serviço, inacabada, que deveria ligar Guaíra, no Paraná, a Novo Mundo, no Mato Grosso do Sul.

Tudo isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, hoje em completo abandono. Milhões de dólares, jogados fora, enquanto a população carente da região passa fome, sem emprego e sem melhores condições de vida. Basta dizer que essa obra faraônica está parada há mais de 4 (quatro) anos, e seus funcionários ganham sem trabalhar, por não ter trabalho a executar.

A ponte está inacabada, sem utilização prática. A barragem que deveria servir para evitar o assoreamento do Rio Paraná, com relação ao lago Itaipu, está parada. A Usina Hidroelétrica de Ilha Grande, uma das metas dessa obra, ficou no papel, nada mais. A conclusão da ponte ficará em mais

de 30 milhões de dólares.

Queremos saber, Senhor Presidente, Senhores Deputados, como foram aplicados tantos recursos e para que, criada pelo Governo Militar, na gestão do Presidente Geisel, tal obra faraônica, largada ao esquecimento, não pode ficar assim, sem uma solução prática para a população e para o Estado do Paraná.

Esta a razão deste nosso requerimento.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 89/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Nos termos do disposto no art. 32 da Constituição Estadual, é obrigatório o registro de bens e valores próprios ao patrimônio daqueles que assumirem cargo ou função de direção e assessoramento superior ou participarem de comissão de licitação na administração direta, indireta e fundacional do Estado do Paraná.

Art. 2º - O registro de que trata o artigo anterior terá caráter reservado e será mantido sob guarda da Comissão de Fiscalização do Poder Legislativo, devendo ser atualizado pelo declarante sempre que houver variação patrimonial durante o exercício e ao concluir seu mandato.

Parágrafo Único - No que se refere ao registro de bens do Governo e dos Secretários de Estado, a declaração será encaminhada em duas vias, uma na forma do artigo 1º desta lei e uma ao Tribunal de Contas, que a manterá sob sua guarda.

Art. 3º - Os ocupantes dos cargos e funções tratadas no art. 1º desta lei deverão encaminhar as respectivas declarações de bens num prazo de até trinta dias contados desde a sua posse, podendo ser convocados a justificar-se perante a Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa em caso de não o fazer.

Parágrafo Único - Os ocupantes dos cargos e funções na atual administração cumprirão o disposto nesta lei, num prazo de trinta dias contados desde a sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.91.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

"A administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade...". (CE, art. 27).

Ao instituir estes princípios como norte na administração pública, a Consti-

Curitiba, quinta, em 21.03.91

tuição refletiu a vontade popular, indignada diante de práticas que os desconhecem e propiciam a usurpação e o espólio do patrimônio público, em ações obscuras e movidas por interesses inconfessáveis.

A razão maior, entretanto, para justificar esta iniciativa é a obrigação imposta pela própria Constituição:

Art. 32 - A lei instituirá o registro obrigatório de bens e valores pertencentes ao patrimônio das pessoas que assumirem cargo, função ou emprego na administração direta, indireta ou fundacional.

Ao regulamentarmos esse dispositivo constitucional estaremos criando e fortalecendo os mecanismos destinados à fiscalização da seriedade da administração pública estadual - uma das prerrogativas mais elevadas deste Poder Legislativo.

É a justificativa.

#### PROJETO DE LEI N° 90/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado ao contribuinte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICM, a dedução dos encargos sociais incidentes sobre salário de menor de 18 (dezoito) anos.

Art. 2° - O empregador pessoa física ou jurídica que vier a gozar deste benefício deverá exigir a matrícula do menor empregado em estabelecimento oficial de ensino, preferentemente em curso profissionalizante, sendo determinante, no mínimo, a matrícula em curso de alfabetização.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.03.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### JUSTIFICATIVA:

Um dos graves problemas que aflige a sociedade brasileira, é o do menor de rua, o menor carente que premido pela necessidade de ajudar a família e não raro, buscar a própria manutenção acaba por aderindo a prestação de serviços como guarda de veículos, lavagem de veículos, engraxate, venda de mercadorias, etc.. sem a resposta necessária, abandonando os bancos escolares, e pior derivando para a marginalização.

O presente projeto de lei, visa incentivar a contratação de menor de 18 (dezoito) anos pelo empresário contribuinte do ICM, única forma de interferência a nível estadual, buscando o aproveitamento da mão-de-obra do menor que não é admitido porque o custo é o mesmo do adulto e o menor, por sua condição não possui qualificação.

Uma vez admitido, acabará por vir a qualificar-se adquirindo conhecimento para após os dezoito anos seguir uma profissão

como marceneiro, mecânico, eletricitista e outras tantas.

Da mesma forma, a providência contribuirá para com a redução da sonegação de impostos, pelo incentivo determinado pela presente medida, mormente ao pequeno e micro empresário.

Vale ainda lembrar que o menor deixando de percorrer e freqüentar as ruas, escapará da marginalidade, fato que contribuirá, também, para com a segurança pública, não somente imediata, como futura.

Ressalte-se também que outro atingido pelo não aproveitamento do menor no trabalho é o velho, que após aposentado, necessita buscar trabalho e encontra somente o de guardião noturno, o que faz após tantos anos de trabalho, e tudo para auxiliar na maioria das vezes os netos.

A presente medida, acabará por não acarretar perda de receita, uma vez que reduzirá também a necessária aplicação de recursos destinados a construção de próprios físicos, custeio e provisoriamente de estabelecimentos destinados a atendimento ao menor carente, além da contribuição que o trabalho do menor terá ao aumento da receita.

Pelo exposto, concito aos nobres Pares, a apoiarem o presente projeto lei, destinado à proteção do menor carente e a buscar um eficaz meio de retirá-lo das ruas.

Finalmente requer-se que, caso aprovado o presente projeto e ao final sancionado ou promulgado, será o texto remetido ao Congresso Nacional, para que por intermédio da bancada do Paraná, se apresente projeto similar, que autorize também a mesma dedução, ao contribuinte do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.

#### PROJETO DE LEI N° 91/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedida a Senhora Benedita Cemensato dos Santos, viúva do ex-prefeito do município de Barra do Jacaré, Senhor Antônio dos Santos Neto, uma pensão mensal de Cr\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil cruzeiros).

Parágrafo Único - A pensão de que trata o "caput" deste artigo será reajustada nos índices e datas dos reajustes dos funcionários públicos do Estado do Paraná.

Art. 2° - A pensão de que trata o "caput" deste artigo deixará de ser devida, caso a beneficiária venha a contrair núpcias.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.91.

(a) HERMAS BRANDÃO

## JUSTIFICATIVA:

Antonio dos Santos Neto exerceu o cargo de primeiro prefeito do município de Barra do Jacaré, após lutar por vários anos pela sua emancipação, dos quais foi um dos líderes.

Foi uma árdua pregação, na qual dedicou grande parte de sua vida, dela participando, também sua esposa, que pelas suas atividades sociais e comunitárias muito ajudou na conscientização pelos ideais de emancipação.

A proposta, deste projeto, visa reconhecer o trabalho destes pioneiros de uma das mais antigas colonização do Norte Pioneiro.

## PROJETO DE LEI N° 92/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS ESCRIVÃES DE POLÍCIA DO ESTADO DO PARANÁ", com sede e foro na cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.91.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

## JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Escrivães de Polícia do Estado do Paraná, que se pretende declarar de Utilidade Pública, foi fundada em 15 de fevereiro de 1962, nesta Capital.

Esta Associação tem como objetivo o desenvolvimento do espírito de confraternização entre os seus associados promovendo dentro de suas possibilidades, reuniões sociais, excursões de caráter recreativo e procurar por todos os meios possíveis ao seu alcance, a união entre os seus sócios.

Tal associação, congrega em seu quadro social a valorosa e indispensável classe dos escrivães de polícia do Estado do Paraná, que entre uma de suas muitas finalidades estatutárias, contém a de colaborar e cooperar dentro da lei e da disciplina com o Governo e demais autoridades superiores, no sentido de promover a melhoria da classe que representa.

Embora a Associação não possua um caráter beneficente, propiciará a seus associados, auxílio funeral, assistência jurídica e proteção e amparo moral.

Para que tal objetivo alcance toda sua plenitude, necessita da ajuda dos recursos estaduais, razão esta que nos leva a apresentar o presente plano de lei à apreciação de nossos nobres Pares, solicitando ao final a sua aprovação.

Quanto a documentação exigida, a mesma encontra-se anexa ao Projeto n° 243/89, arquivado pela Resolução n° 159/90 de

06/02/91.

## PROJETO DE LEI N° 93/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominada "PAULO SAES" a rodovia que liga a sede do município de Mandaguçu ao distrito de Pulinópolis.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.91.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

## PROJETO DE LEI N° 94/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Governo do Estado autorizado a implantar na Escola Estadual Florinda Aparecida, no município de Iporã os períodos de 5.ª a 8.ª série.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.91.

(a) NILTON BARBOSA

## JUSTIFICATIVA:

O município de Iporã vive uma fase de crescente desenvolvimento econômico e social. Dentro deste quadro de progresso, aflora a participação dos jovens em todas as esferas da vida municipal. A juventude participa de forma efetiva nos acontecimentos diários do município.

São centenas de jovens que trabalham, agindo assim como verdadeiros construtores da sociedade iporaense. Outros tantos frequentam os bancos escolares para que, a partir daí, possam obter formação e colaborar com o desenvolvimento municipal.

Ocorre, entretanto, que a procura pela escola está maior que a demanda, principalmente no que se refere ao ensino de conclusão do 1° grau. Não são poucos os estudantes que precisam se deslocar para poderem receber as instruções escolares, pois as escolas localizadas nos distritos, mais especificamente nos sítios, oferecem apenas ensino de 1° grau incompleto, ou seja, de 1.ª a 4.ª série. Pato este, que muito prejudica na formação da juventude, pois a maioria, por colaborar em trabalhos caseiros ou da roça, fica impedido de proceder ao deslocamento necessário em face do serviço, deixando assim, de estudar. Isto não ocorreria se algumas destas escolas tivessem, pelo menos, o 1° grau completo.

Dentro deste quadro é que se encaixa a proposta que exponho à avaliação e aprovação dos nobres parlamentares com assento nesta Casa de Leis.

A falta dos períodos de 5.ª a 8.ª sé-

Curitiba, quinta, em 21.03.91

rie na Escola Estadual Florinda Aparecida, em Iporã, acarreta sérios problemas àquela comunidade.

Em primeiro lugar, ressalta-se o fato de que o deslocamento dos estudantes para outras escolas, em muito prejudica o aprendizado dos mesmos. Em segundo, evidenciam-se as despesas consideráveis acarretadas ao município com o transporte dos alunos, pois só na localidade em que está situada a referida escola, mais de 100 estudantes estão matriculados de 5.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> série. Por falta deste período naquele estabelecimento de ensino, os alunos estudam na Escola da sede, que fica distanciada a 8 quilômetros do local referido. O transporte destes jovens é subsidiado pelos cofres municipais, o que causa grande ônus a administração.

Por esta realidade solicito aos parlamentares desta Assembléia a aprovação do projeto que proponho, concretizando, assim uma justa aspiração daquela comunidade, que é ter o ensino de 5.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> série na Escola Estadual Florinda Aparecida.

Se for aprovada a proposta, a implantação dos períodos encontrará facilidade para concretizar, pois a escola oferece espaço físico suficiente para o funcionamento dos mesmos; ao tempo que trará grandes benefícios à comunidade iporãense.

PROJETO DE LEI N° 95/91  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedida a Senhora MARIA LUDENI LIMA GUIMARAES, viúva do ex-prefeito de Moreira Sales, Senhor CARLOS GUIMARAES, uma pensão mensal no valor de 03 (três) salários-mínimos mensais.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.91.

(a) NILTON BARBOSA

PROJETO DE LEI N° 96-94  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Advogados de Assis Chateaubriand, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.91.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente pretensão, tendo em vista que a entidade postulante, exerce atividades sem fins lucrativos, sem que nenhum de seus membros percebem qualquer tipo de remuneração e tem como objetivo essen-

cialmente promover o aprimoramento intelectual, moral e ético de seus associados, além de defender seus direitos e prerrogativas.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - (Finda a leitura do expediente).

No Pequeno Expediente, concedemos palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Todos nós acompanhamos no dia-a-dia o grande problema do menor abandonado.

Hoje eu vou apresentar um projeto nesta Casa de Leis que visa, especialmente, dar emprego, garantir a que todo menor tenha o direito a aprender uma profissão; a que todo menor possa contribuir com a despesa de sua casa.

Projeto a nível de Governo Federal, Estadual, municipal, entidades. Diversas entidades nesse país tem se colocado sempre em trabalhar em favor do menor.

Na minha opinião só tem uma forma melhor de se conceituar perante a sociedade: é através do trabalho.

Eu fiz um levantamento aqui na cidade de Curitiba com respeito aos trabalhadores noturnos. E para surpresa minha, a maior parte dos trabalhadores que trabalham à noite, eles têm mais de 70 anos de idade: 67, 68, 70 anos de idade.

Eu saía à noite e perguntava a esses trabalhadores noturnos o motivo, já com 70 anos de idade, por que eles continuavam trabalhando. E eles diziam que estavam trabalhando, primeiro: porque a aposentadoria que recebem não dá para fazer frente à despesa da sua casa e aos seus netos.

Eu indagava a esses cidadãos por que se preocupar em trabalhar ainda pelos netos. E eles me diziam que os seus netos de 12, 14, 15, 16 anos perambulavam a cidade em busca de empregos e que os empresários não os empregava.

Eu comecei no dia de ontem empregando no meu gabinete aqui na Assembléia Legislativa; um menor de 14 anos.

Hoje visitei uma Secretaria de Estado Secretaria de Habitação, e no elevador não tinha ninguém que conduzisse as pessoas que entram, nos lugares certos. E eu perguntava ao Secretário se havia possibilidade de empregar um menor para cuidar desse elevador.

Dessa forma que eu apresento um projeto a exemplo do que existe no Japão, na França, na Alemanha, nos países mais adiantados aonde o menor de 12 anos entra numa empresa aprendendo uma profissão. E com esse dinheiro que ele recebe pode ajudar na despesa da sua casa evitando que seu avô fique trabalhando de guardião e,

ainda pode perfeitamente estudar à noite.

Então, eu gostaria que os prezados companheiros prestassem atenção nesse projeto que eu acho a forma mais viável, rapidamente solucionarmos o problema de menor.

(Lê):

#### SÚMULA:

Concede redução do ICM ao contribuinte pessoa física ou jurídica do valor dos encargos sociais incidentes sobre salário pago a menor de 18 anos.

Art. 1º - Fica autorizado ao contribuinte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICM, a dedução dos encargos sociais incidentes sobre salário de menor de 18 (dezoito) anos.

Art. 2º - O empregador pessoa física ou jurídica que vier a gozar deste benefício deverá exigir a matrícula do menor empregado em estabelecimento oficial de ensino, preferentemente em curso profissionalizante, sendo determinante, no mínimo, a matrícula em curso de alfabetização.

Art. 3º - A Secretaria de Estado das Finanças exercerá fiscalização quanto à utilização do benefício concedido pela presente Lei, aplicando a penalidade prevista ao sonegador no caso de irregularidade.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.03.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### JUSTIFICATIVA:

Um dos graves problemas que aflige a sociedade brasileira, é o do menor de rua, o menor carente que premido pela necessidade de ajudar a família e não raro, buscar a própria manutenção acaba por aderindo a prestação de serviços como guarda de veículos, lavagem de veículos, engraxate, venda de mercadorias, etc., sem a resposta necessária, abandonando os bancos escolares, e pior derivando para a marginalização.

O presente projeto de lei, visa incentivar a contratação de menor de 18 (dezoito) anos pelo empresário contribuinte do ICM, única forma de interferência a nível estadual, buscando o aproveitamento da mão-de-obra do menor que não é admitido, porque o custo é o mesmo do adulto e o menor, por sua condição não possui qualificação.

Uma vez admitido, acabará por vir a qualificar-se adquirindo conhecimento para após os dezoito anos seguir uma profissão como marceneiro, mecânico, eletricitista e outras tantas.

Da mesma forma, a providência contribuirá para com a redução da sonegação de impostos, pelo incentivo determinado pela presente medida legal, mormente ao pequeno

e microempresário.

Vale ainda lembrar que o menor deixando de percorrer e frequentar as ruas, escapará da marginalidade, fato que contribuirá, também, para com a segurança pública, não somente imediata, como futura.

Resalte-se também que outro atingido pelo não aproveitamento do menor no trabalho é o velho, que após aposentado, necessita buscar trabalho e encontra somente o de guardião noturno, o que faz após tantos anos de trabalho, e tudo para auxiliar na maioria das vezes os netos.

A presente medida, acabará por não acarretar perda de receita, uma vez que reduza também a necessária aplicação de recursos destinados a construção de próprios físicos, custeio e provisionamento de estabelecimentos destinados a atendimento ao menor carente, além da contribuição que o trabalho do menor trará ao aumento da receita.

Pelo exposto, concito aos nobres Pares, a apoiarem o presente projeto lei, destinados à proteção do menor carente e a buscar um eficaz meio de retirá-lo das ruas.

Finalmente, requer-se que, caso aprovado o presente projeto e ao final sancionado ou promulgado, seja o texto remetido ao Congresso Nacional, para que por intermédio da bancada do Paraná, se apresente projeto similar, que autorize também a mesma dedução, ao contribuinte do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.

Senhor Presidente, o Requerimento que queremos é um pedido que seja encaminhado ao Governador para que os Municípios, já foram cumpridas todas as exigências legais previstas para a instalação do Município, em questão, não se justifique que a população não receba o tratamento dispensado ao Município sede, como por exemplo, não contar com a delegacia de polícia, agência autônoma da Copel, agência de rendas, agência de correios e outros serviços públicos. Todos os Municípios do Paraná que já foram criados por lei e sancionadas pelo Governador já tiveram o seu plebiscito realizado. Nós necessitamos, imediatamente, que sejam ali instalados o Poder do Estado, como a delegacia, a agência da Copel, etc. Então, o nosso requerimento é que o Governador determine a todo o seu Secretariado que se instale imediatamente, os Municípios já realmente concretizados, este atendimento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Horário do Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados:



Nós estamos preocupados com os fatos que têm ocorrido na chamada Serra de Traíra na divisa do Brasil com a Colômbia. Ali, novamente, vem mostrar toda tristeza que é a América Latina, sempre sendo banhada de sangue de pessoas inocentes que lutam pela paz, que lutam pela justiça, que lutam pela igualdade social e que sempre sujam a terra latino-americana com seu sangue, o sangue de pessoas que são assassinadas, trabalhadores rurais, trabalhadores urbanos e que sempre tombam sobre o tacão do Exército brasileiro ou sobre o tacão do exército dos países latino-americanos sempre chamam esse tipo de guerra suja, é a guerra suja que se dá na Argentina, que se deu no Chile, se deu no Uruguai, se deu no Brasil e com isso quem é morto e assassinado pelo exército sempre são inocentes que lutam por justiça social.

Novamente o Ten. Cel. Evandro Pamplona Passos chama aquele confronto da Serra do Traíra de Guerra suja. Lá, o exército brasileiro matou sete colombianos e agora não consegue explicar se são guerrilheiros, ou se são garimpeiros. Há denúncias de torturas, há denúncias de desaparecidos, há denúncias de cemitério desaparecido, há denúncias de cemitérios clandestinos que nós já conhecemos essa história na América Latina. Não há provas concretas de que o grupo armado que atacou a guarnição brasileira era um grupo de guerrilheiros, muito menos, há prova de que os colombianos mortos pelo Exército Brasileiro sejam guerrilheiros, muito pelo contrário, diversas fontes entre elas autoridades colombianas líderes guerrilheiros, e até garimpeiros acreditam que o ataque a bandidos comuns envolvidos na disputa pelo controle de garimpos na região da fronteira. Jornalista da revista "Veja" e dos Jornais "O Globo" e "Jornal do Brasil" acusam o Exército de forjar a versão oficial do combate dado aos colombianos, apresentando como prova a ordem dos negativos das fotos tiradas pelo próprio Exército durante a operação contraditória com a ordem dos fatos relatados no boletim militar.

Não foi nem explicado também, o suposto envolvimento de nosso exército no controle das áreas de garimpo e as denúncias de extorsão e maus tratos de militares brasileiros sobre garimpeiros na região.

Como resultado imediato dos acontecimentos naquela região o Ministério do Exército solicitou ao Governo Federal a liberação de 300 milhões de cruzeiros.

No nosso entender esses 300 milhões de cruzeiros são única e exclusivamente para se fazer a ocupação militar da porção norte da Amazônia Brasileira, ou seja, a implementação da Calha Norte que vem refletir no assassinato de índios e população

que já vivem há muitos anos. Em detrimento a que passe a ser essas terras exploradas pelas empresas de garimpo, em função disso, o Exército diz que é para reforçar a segurança nacional. E faz isso baseado na caduca "Doutrina de Segurança Nacional", e com o nome agora de Projeto Calha Norte, que vem causando a ocupação daquela região, como disse, sem nenhuma preocupação ambiental, a abertura de rodovias de maneira inescrupulosa, criando vias de penetração aos desmatadores, garimpeiros e aventureiros de todo tipo.

As populações indígenas da região são ignoradas, bem como aos demais povos da floresta causando um genocídio cuja dimensão poucas vezes vem à tona. Foi na luta contra este tipo de massacre que tombou o nosso companheiro Chico Mendes, assim como têm tombado muitos outros trabalhadores.

Para nós do PT este é mais um dos numerosos exemplos da arrogância e dos desmandos do Exército Brasileiro. Uma dispendiosa força armada que, apesar de sustentada pelos cofres públicos, só está preparada para combater o chamado "inimigo interno" (isto é, a classe trabalhadora) e caçar o fantasma do comunismo, isso já fora de moda após o fim da guerra fria e da queda do muro de Berlim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerrado o Horário do Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Albino Corazza Neto. Vossa Excelência terá trinta minutos para proferir o seu pronunciamento.

O SR. ALBINO CORAZZA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Dois assuntos nos trazem à tribuna nesta sessão legislativa. Queremos ler, primeiramente, na íntegra um requerimento que estamos apresentando à Presidência do Poder Legislativo para que seja encaminhada a solução dos assuntos especificados.

(Lê requerimento n. 514, constante do expediente).

Senhores Deputados, em torno de quinze Deputados que assinaram o presente requerimento têm por objetivo participar deste debate nacional para que as mudanças que o povo brasileiro espera e que o Brasil moderno, que vai trazer melhores condições de vida ao povo brasileiro, seja discutido neste fórum no Congresso Nacional, onde os municípios, de uma maneira especial, deverão estar presentes para que as conquistas do municipalismo, os avanços conseguidos com as constantes marchas antes da Constituinte Federal possam ser preservados e



ampliados os recursos, a autonomia que os municípios precisam. Porque nós entendemos que com municípios fortes, com municípios desenvolvidos teremos uma nação forte e uma nação desenvolvida.

Pretendemos, a partir do mês de abril, fazer a reunião de instalação do Bloco Municipalista, com a presença do Presidente da Associação Paranaense de Municípios, com a Presidência das Associações Regionais e Municípios, para que possamos através do diálogo e da luta coletiva conseguir os benefícios que a população brasileira espera dos seus representantes junto a esta Assembléia, junto ao Congresso Nacional.

Temos certeza que este assunto será um debate constante nesta Assembléia e pretendemos trabalhar coletivamente para que a experiência dos ex-Prefeitos que compõe esta Casa e Vice-Prefeitos possam realmente contribuir para que os Prefeitos Municipais tenham neste Legislativo representantes que lutam para o avanço das conquistas dos municípios brasileiros.

Outro assunto que queremos aqui nesta sessão legislativa, levar ao conhecimento dos nobres Pares, Deputados Estaduais do Paraná, é com relação a um assunto que foi tema de debate, de pronunciamento de muitos nobres colegas por várias sessões legislativas, é a questão que virou assunto nacional: a questão do Banco do Brasil, que fechou no dia de ontem centenas e centenas de agências e de postos avançados de atendimento às comunidades do Paraná e do Brasil.

Pretendemos nós, nestes minutos, levar ao conhecimento da comunidade paranaense, levar juntamente com os nobres Pares, soluções para que o Banco do Brasil, que tem uma história, uma história que se integra com a história brasileira, não seja agora por decisões de cúpulas fragmentado e deixando as comunidades rurais principalmente sem aquele apoio de fomento à agricultura e à pecuária.

Pretendemos nós que esse assunto se encerre no dia de hoje. Queremos que o debate com a sociedade brasileira, com os Parlamentares Estaduais e com o Congresso Nacional, possa ser motivo para que decisões se mudem e que muitas decisões erradas que estão acontecendo neste país, de cima para baixo possam ser revertidas.

O Presidente da República, ao comemorar um ano de Governo apresenta à Nação Brasileira, uma proposta, um projeto de reconstrução nacional, onde categoricamente mudando de postura nos afirma o seguinte:

"O Governo não impõe. O Governo propõe".

"Precisamos de mais Brasil e precisamos de menos Brasília".

Estas duas afirmações nos animam a levar a debate o assunto do Banco do Brasil. E não somente o Banco do Brasil, mas que o Banco do Brasil encontre um caminho de fomento e incentivo à agricultura e à pecuária brasileira e que além do Banco do Brasil possa surgir o Banco Nacional Cooperativo que dará apoio integral as Cooperativas de Créditos que já tão bem funcionam no Paraná e no Brasil.

Que se abra ainda mais a possibilidade de criarmos bancos locais, regionais comunitários que possam segurar as finanças da população no próprio município, na própria região, para serem reinvestidos na criação de empregos e de melhorias de condições de vida. Assim como funciona na maioria dos países europeus, países desenvolvidos, que já traçaram esse caminho de progresso e de bem estar.

Por isso Senhores Deputados trazemos a apreciação dos nobres colegas mais um requerimento para ser incluído no debate da reconstrução nacional, e esperamos que a importância, a relevância de tal assunto possa ser rediscutido com a sociedade brasileira, e o Governo Federal não encerre, volte atrás. Ao invés de fechar postos avançados, agências do Banco do Brasil, possa levar mais ainda no Interior Brasileiro o apoio às nossas comunidades rurais.

Nós ouvimos aqui depoimentos dos nobres Colegas, onde comunidades como a que representa o nobre Deputado Toti Colaço, Teixeira Soares, se não me falha a memória, onde há apenas 2 anos atrás a comunidade foi convocada, o Poder Público doou um terreno e a comunidade lutou e conseguiu a construção da agência própria do Banco do Brasil. E agora, sem consultar as lideranças, sem consultar a comunidade, a ordem vem de cima para baixo para que se feche essa mesma agência sem dar qualquer satisfação à comunidade que luta para se desenvolver, bem como o seu município.

Eu quero lembrar na íntegra o requerimento que estamos apresentando a esta casa.

(Lê requerimento n. 515, constante do expediente).

Temos certeza que o sistema financeiros nacional precisa de mudanças profundas, onde o Poder Público possa ser o regulador do mercado de incentivo às pequenas propriedades, à produção de alimentos que o povo brasileiro precisa. E que a iniciativa privada, através de bancos cooperativos comunitários, municipais e regionais, assim como funciona nos países desenvolvidos, possa fazer com que a riqueza ficando junto com a comunidade, junto com o município, transforme o progresso e o desen-

Curitiba, quinta, em 21.03.91  
volvimento que o País precisa.

Temos certeza, Senhores Deputados, que o Banco do Brasil que quase completa duzentos anos, que tem uma história de apoio às pequenas propriedades, de apoio às comunidades rurais.

Como o FUNDEC. E nós particularmente, tivemos a oportunidade em Toledo, no cargo de Prefeito Municipal, junto com o Banco do Brasil e associações comunitárias, implantar três projetos que desenvolveram a comunidade rural e que, inclusive, possibilitaram que essas comunidades rurais atendidas se transformassem em municípios prósperos e independentes.

Queremos que a agricultura brasileira, que a pecuária, que a pequena propriedade possam segurar o homem no campo.

O Banco do Brasil é hoje uma propriedade do povo brasileiro; uma história de trabalho, de luta, de progresso. O Banco do Brasil não pertence a um só governo, a um governo que desconhecendo a história e a função social que este Banco deverá ter neste País possa ser de uma hora para outra sem um debate, sem uma discussão mais ampla, sair fora da sua função prioritária, a de desenvolver o interior deste País.

Temos certeza, Senhores Deputados, que se este País precisa de mudanças, precisa de transformações, a grande mudança começa com a descentralização administrativa. Brasília está muito longe para atender aos agricultores do Interior do País.

Senhores Deputados, às vezes nos revoltamos porque além de fechar as agências do Banco do Brasil, o Governo anuncia nos últimos dias recursos para financiar maquinário agrícola através do BNDES. Fecham as agências que estão lá no Interior junto com o agricultor e abrem crédito no Rio de Janeiro para o nosso agricultor financiar máquinas e equipamentos. Isto é uma contra-política agrícola. É uma contradição que deve ser consertada.

Sabemos, Senhores Deputados, que o inchaço das metrópoles e cidades brasileiras tem como motivo o êxodo rural. E fechando agências do Banco do Brasil, a saída do pequeno agricultor será vender a pequena propriedade e vir para a grande cidade. Aqui, precisando de moradia, de saúde, de educação e de infra-estrutura. E se o Banco do Brasil tiver a função social de financiar a pequena propriedade, de financiar uma vaca de leite para que o pequeno agricultor tenha o seu alimento e venda o alimento a seus vizinhos. É muito mais econômico e mais barato do que distribuir tiques de leite nas cidades todos os dias, uma vez que a vaca de leite pode ser financiada de uma vez só e vai fornecer o leite por muitos dias.

Queremos com esse pequeno exemplo dar

uma demonstração da contradição que existe neste País.

Nós temos que incentivar a iniciativa privada, as microempresas, a pequena propriedade. E não é no centralismo que iremos desenvolver este País.

Queremos aqui deixar registrada a nossa posição. E acreditamos que essa decisão de fechar agências do Banco do Brasil possa ser revertida porque a miséria, o desemprego, a recessão, vão ser motivo para que os problemas sociais aumentem nas grandes cidades.

Por isso, Senhores Deputados, fica aqui registrada a nossa posição, o nosso protesto, a nossa convocação para que tomemos posição em defesa da pequena propriedade, da agricultura e do progresso.

Era isso, Senhores Deputados. Agradecemos a atenção e temos certeza de que este assunto será motivo de mais debates nos dias que virão pela frente a partir do mês de abril.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.

PDT com a palavra.

DECLINA.

PFL com a palavra.

DECLINA.

PRN com a palavra.

DECLINA.

PTB com a palavra.

DECLINA.

PSDB com a palavra.

DECLINA.

PL com a palavra.

DECLINA.

PT com a palavra. Concedo a palavra ao Deputado Dr. Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha).

O DR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nesse horário de Liderança dos Trabalhadores, nós queremos aqui deixar clara a nossa posição no que diz respeito à greve dos trabalhadores da PETROBRÁS.

No nosso entender, o Governo Collor, desde que tomou posse há um ano atrás, através de seus pacotes econômicos e de medidas provisórias, tem achatado o salário da classe trabalhadora, tem massacrado os trabalhadores brasileiros e submetido aqueles que viviam em condições médias de salários, submetidos à fome. E aqueles que já estavam com os salários achatados mais ainda, foi achatado e hoje não consegue comprar o mínimo para a subsistência da família.

Podemos dizer, que o Brasil de hoje, é o caos, e não por causa dos petroleiros, ou por causa dos trabalhadores. E o caos devido ao Governo incompetente que está em

Brasília. Ele foi a esperança de muitos brasileiros, foi eleito com mais de trinta e cinco milhões de votos. Mas foi eleito contando mentiras, dizendo aos trabalhadores, que nós do Partido dos Trabalhadores, íamos roubar a Caderneta de Poupança, íamos levar ao caos econômico, íamos ocupar as casas, e que éramos Comunistas.

Nós do PT, queremos hoje, um ano depois, cobrar firmemente do Governo Collor e de seu Ministério, o que foi que melhorou para a classe trabalhadora brasileira. Aumento do desemprego, achatamento salarial, irresponsabilidade no trato da coisa pública, haja vista a quantidade de denúncias de corrupção, que temos na nossa imprensa diária. E vem o Governo através dos meios de comunicação, dizer que a responsabilidade disso, é a sociedade. E tenta jogar para a sociedade essa responsabilidade, ao criar o Projeto de Reconstrução Nacional, ou um novo PRN, já que ele tinha criado um para concorrer, e quer jogar sobre nós um outro PRN, que nós já não aguentamos mais.

Nós trabalhadores, já estamos cansados da opressão, e todos deveriam no nosso entender, resistir, como resistem os petroleiros. Eu pergunto daqui desta tribuna, a Justiça do Trabalho, é justo 53 milhões de brasileiros passarem fome? É justo a classe trabalhadora, quando doente, não tem atendimento a saúde? É justo ter criança, mas não ter escola? Isso o Tribunal não julga; porque que ele não julga? Porque o Tribunal assim como a elite, que manda no nosso Governo é a mesma elite a que domina o nosso País.

Portanto, se existe alguém responsável por esta greve, é o Governo Central, que é totalmente irresponsável, que ao contrário, de negociar chama a repressão. E antigamente, os governos da ditadura chamavam a repressão policial.

O atual governante, chama a repressão judicial. Por que é que a nossa Justiça do Trabalho não julga, nas ações coletivas de julgamento de greves e dissídios, não julga a responsabilidade dos patrões? Porque a PETROBRÁS, através dela, o Governo Federal tem sido muito irresponsável.

E esta greve dos petroleiros, no nosso entender, é justíssima. E ela, no nosso entender, os petroleiros só devem voltar ao trabalho após a vitória.

Por isso nós, do Partido dos Trabalhadores, apoiamos e damos inteira solidariedade a estes petroleiros, porque é necessário se fazer justiça. De injustiças, nós trabalhadores estamos cheios.

E cobramos da Justiça do Trabalho que julgue os governantes, que julgue a política econômica do Governo Collor, que julgue a sua política social, que está jogando à miséria milhares de trabalhadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Dobrandino da Silva.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA - Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados.

É a primeira vez que ocupo esta tribuna. E como é a primeira, também, que estamos chegando a esta Casa.

Gostaria de dizer da satisfação de estarmos aqui e trazendo pela primeira vez, embora tendo assumido o mandato de Deputado, tivemos a experiência na vida pública como Vereador e como Prefeito que fui, e a experiência destes anos, que nos ensinou. Quero dizer ao nobre Presidente e aos Senhores Deputados que aqui viemos para somar os nossos esforços, juntamente com nossos companheiros Deputados, no benefício maior que é o Paraná. Se assim aceitamos, Senhor Presidente, a nossa candidatura, foi para fazer dela o instrumento do nosso mandato, para que possa amenizar os grandes problemas que afligem a grande maioria da nossa população, e especialmente do nosso Estado do Paraná.

Nós estivemos acompanhando o pronunciamento de pessoas experientes e Parlamentares experientes aqui nesta Casa, Deputados com vários mandatos, e aqueles que estão chegando pela primeira vez, como é o nosso caso.

E a conclusão que estamos tirando de tudo isso, na verdade, a preocupação da maioria é a mesma, para que somados juntos estes esforços, que possamos ajudar através desta Casa de Leis, um dos três Poderes que dirigem a Nação e os Estados, para concentrar os esforços em benefício da população.

Acompanhei, ainda há pouco, o pronunciamento do nosso amigo e companheiro Albino Corazza, ex-Prefeito da Cidade de Toledo, a sua preocupação, hoje, com a falência da agricultura. Realmente, eu também, Deputado Corazza, tenho a mesma preocupação. Temos acompanhado e visto a angústia dos agricultores e vendo a política do Governo Federal, do Governo Central, que me parecem de costas para os grandes problemas que afligem a agricultura. Fechando o Banco do Brasil, fechando os postos do FUNRURAL nas cidades por aí fora. E com isto, causa preocupação a todos nós. Por isso, merece, realmente, pronunciamento que deve merecer muito respeito de Vossa Excelência, com a experiência que tem, nesta área.

Eu tenho prazer, Senhor Presidente e Senhores Deputados, em fazer parte da Comissão de Turismo aqui na Assembléia Legislativa. E agradeço, neste momento, aos

Curitiba, quinta, em 21.03.91

nobres colegas que me levaram à condição de Presidente da Comissão de Turismo. Com a experiência que tive, Prefeito que fui da cidade de Foz do Iguaçu, Cidade que tem como 90% da sua economia o turismo, aprendi bastante. Mas, sabemos, realmente, da difícil situação que atravessa, hoje, a classe que detém como suas funções, os seus empreendimentos em todo o Brasil.

Nós sabemos que os financiamentos do Governo Federal nesta área do turismo e, sabemos da importância que tem, que financiou os grandes hotéis no Nordeste e Norte do País. E nosso Estado do Paraná que realmente é o terceiro Parque Hoteleiro do País e que tem atrações importantes como as Cataratas do Iguaçu, o nosso litoral e tantas outras no Estado, realmente não teve a importância e atenção do Governo.

Mas vimos agora com satisfação e parece que começa a despertar o interesse, até dentro de uma visão maior que o BNDES pretende financiar mecanismo turístico nas regiões que realmente possa atrair os turistas e segurá-lo por um período maior.

O BNDES se propõe e, temos aqui um recorte de jornal que diz que se financiará por exemplo, mecanismo de lazer que possa realmente segurar os turistas nas cidades como Foz do Iguaçu, Curitiba, litoral. Que o turista possa chegar nesse local e possa permanecer por um período maior. E é isso que a classe hoteleira e agentes de viagem hoje reivindicam em todo País.

Por exemplo Senhor Presidente, um País como a Espanha que tem uma população de 39 milhões de habitantes e recebe turista estrangeiro em seu País de 45 milhões de turistas por ano em seu País. E, como exemplo o Brasil que recebe apenas 1,5 milhão de turistas em seu País.

Isso realmente é de fato, que tenha uma política nacional que possa realmente trazer ou fazer com que o turista venha ao Brasil, porque nós temos dados aqui e, sei que é de conhecimento de todos os Senhores Deputados, que é a 3.<sup>a</sup> fonte de recurso no mundo, ou seja, o terceiro negócio gerador que movimenta dinheiro no mundo é o turismo, perdendo somente para o petróleo e para as fábricas de armamento nos países do mundo inteiro. O terceiro fato gerador de receita no mundo é o turismo.

E o Brasil que tem atrações maravilhosas realmente; que tem um potencial enorme e pouco explorado. Mas me parece que com essa visão, felizmente o Governo Federal através do BNDES irá financiar, ou seja, destinar recurso nesta área. É possível que nós possamos realmente fazer com que o Brasil seja, através do seu potencial, um País que atraia um grande número de turista que possa realmente vir ao Brasil e trazer divisa para o País que é o que esperamos.

Eu gostaria de convidar os Deputados

para que nós, nos próximos dias, deverei marcar lá na minha cidade de Foz do Iguaçu, a reunião das Comissão de Turismo, isso a convite dos hoteleiros e, eu gostaria de convidar os Deputados para que nessa reunião pudessem se fazer presentes para ouvir dos agentes, das pessoas que realmente têm conhecimento nessa área que são os grandes hoteleiros, os agentes de viagem para fazer um debate para que os Deputados possam juntos discutir. E me parece que ouvindo do Governador eleito Roberto Requião, pretende fazer grande investimento nessa área divulgando as belezas do Paraná, fazendo com que o turismo, que o turista venha, não só de dentro do Brasil, mas de fora do País, venha até o nosso Estado para conhecer as grandes atrações que tem hoje no Paraná.

Eu gostaria de convidar os Deputados e vou trazer a data para que nós possamos discutir uma proposta de concreto e trabalhar em cima disso para que possa realmente beneficiar o nosso Paraná.

Nós sabemos que a indústria turística hoje é a maior desse País. Poderíamos fazer dela a maior indústria turística desse País através de investimentos e debates aqui com nossos companheiros Deputados.

Gostaria, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de nós próximos dias trazer a data e convidá-los todos para ir a Foz do Iguaçu, na nossa cidade para, juntos discutirmos uma proposta que venha de encontro aos interesses do nosso Paraná.

O Sr. Algaci Túlio- Me permite um aparte?

O SR. DOBRANDINO DA SILVA - Pois não Deputado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu queria cumprimentá-lo Deputado Dobrandino, inicialmente pela sua indicação como Presidente da Comissão de Turismo, porque em boa hora nós teremos uma valorização do turismo, todos nós reconhecemos as belezas naturais de Foz do Iguaçu e a escolha não poderia ser diferente; e também dessa sua idéia de levar a Foz do Iguaçu o fórum, uma discussão mais aprofundada a respeito das iniciativas de valorizar o turismo no Paraná. Nós, graças a Deus, temos belezas naturais, que infelizmente não estão sendo exploradas, e traz a informação Vossa Excelência que o turismo é a terceira fonte de arrecadação nos Países. Então, é preciso que nós, Brasil, País abençoado por Deus por tantas naturezas, coisas belíssimas que nós temos e que não sabemos explorar. Eu acho que esta Casa ganha com a sua indicação, tenho certeza que seus pares o apoiam também neste sentido, de que se faça um grande movimento, que se faça do Paraná um grande celeiro, o Paraná explore

Como deve realmente ser explorado o nosso turismo, e ninguém melhor do que Vossa Excelência que mora, que representa a região de Foz do Iguaçu, para nos trazer aqui para o debate desta Assembléia as coisas boas em termos de turismo. Então, eu queria parabenizá-lo e desde já apoiá-lo nessa sua iniciativa. Parabéns.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA - Muito obrigado ao Deputado Algaci.

Eu queria trazer alguns conhecimentos, alguns dados, por exemplo, Foz do Iguaçu, que todos sabem que é uma cidade que tem como o seu carro chefe, como fonte de divisa, o turismo. Para os Senhores Deputados terem conhecimento, a principal receita do Município de Foz do Iguaçu, que é maior do que o fundo de participação, maior que o ICM, é o ISS arrecadado através dos hotéis, através dos turistas que lá vão. A maior receita da cidade é o ISS, mas nós, como comparação por exemplo, é o único Estado que hoje dispõe de mecanismo realmente para que possa dar suporte nesta área, é o Estado do Paraná, que dispõe hoje de um centro de convenção já concluído aqui em Curitiba, na Capital do Estado, e um dos maiores centros de convenção do País está sendo construído na minha cidade, que é Foz do Iguaçu, que com isso dá um suporte enorme nessa área para que possa acontecer aqui os grandes eventos, as grandes convenções aqui no Paraná, dispondo de dois centros de convenção, é o único Estado da Federação.

Nós tivemos realmente a satisfação de dirigi-lo à cidade de Foz do Iguaçu e participar de grandes debates, de grandes convenções aqui e em vários Estados da Federação e pudemos testemunhar que Foz do Iguaçu hoje, juntamente com os demais, ou seja, com Curitiba, é o terceiro parque hoteleiro do País; e na verdade não tem tido a atenção devida por parte do Governo, principalmente do Governo Federal no sentido de divulgar esse potencial turístico do Paraná lá fora.

Então, eu preciso contar com o apoio dos nobres Deputados para que nesse debate, nesse fórum de debates como disse o Deputado Algaci Túlio, lá em Foz do Iguaçu, nós pudemos ouvir dos grandes agentes de viagem, dos hoteleiros, para que nós possamos, aqui nesta Casa, discutir uma proposta, ou seja, reivindicar do Governo do Estado para que possa fazer disso essa grande indústria que é nos maiores Países do mundo, fazer com que o Brasil seja um deles para gerar recursos, até para cobrir hoje realmente esse déficit, essa distorção que tem hoje o nosso País.

Muito obrigado, eu agradeço realmente a atenção dos Senhores Deputados e espero contar com o apoio de todos vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Orlando Pessuti, na qualidade de Líder do Governo e do PMDB, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados para as substituições nas Comissões Técnicas da Casa.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 2 (dois) de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constantes do expediente.- Necessitam de apoio.- Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 3 (três) de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. Necessitam de apoio.- Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, Erondy Silvério, Basílio Zanusso, na qualidade de Líderes do PMDB, PTB e PPL, respectivamente e demais Lideranças, constantes do expediente, solicitando que os itens de nºs 01 a 14 da Ordem do Dia, referentes as discussões únicas dos vetos, sejam apreciadas em bloco, salvo pedidos de destaque, a título de recurso.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando destaque para a discussão e votação da Proposição nº 22/91, veto apostado ao Projeto de Lei nº 41/90.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, com apoio do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente, solicitando destaque para a Discussão Única da Proposição 02/91, veto apostado ao Projeto de Lei nº 572/90.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso

Curitiba, quinta, em 21.03.91

distribuído aos Senhores Deputados:

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Comissão de Justiça encaminha à Mesa relação das proposições cujos vetos têm parecer pelo arquivamento na Comissão de Constituição e Justiça até 19 de março de 1991.

De acordo com a decisão da Mesa esses projetos terão arquivamento normal desde que o Senhor Deputado interessado requeira destaque para os mesmos. Vou fazer relação dos projetos após o que a Mesa colocará em votação.

Projeto de Lei n° 329/88. Proposição n° 004/90. 210/89, do Deputado Erondy Silvério.

Proposição 10/90, veta o Projeto de Lei n° 329/88.

Proposição n° 79/90.

Proposição n° 81/90. Proposição n° 95/90. Proposição n° 98/90. Proposição n° 20/90. Veto n° 06/90 ao Projeto de Lei n° 159/90.

Os Senhores Deputados que aprovam o arquivamento do primeiro Bloco conservem-se como estão. APROVADO.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - A proposição n° 02/91 também está incluída?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não está incluída.

Proposições n°s 76, 78, 94, 101, 102, 108, 46 e 208/90, Proposição ao Veto n°s 110/90, Proposição n° 111/90.

Mais este Bloco, os Srs. Deputados que aprovam o arquivamento, conservem-se como estão. APROVADO.

Proposições n°s 115, 116, 140, 147, 148, 149/90, do Deputado José Afonso, que estabelece critério e normas para execução da política...

Proposição ao Veto 153/90, Deputado David Cheriegate.

Proposição 155/90, de autoria do Deputado Anibal Khury.

Proposição ao Veto Parcial ao Projeto de Lei n° 272, de autoria do Deputado Anibal Khury.

Os Srs. Deputados que aprovam mais este bloco pelo arquivamento, conservem-se como estão. APROVADO.

Proposição 153, ao Projeto de Lei n° 343/90;

Proposição 154/90 ao Projeto de Lei n° 440/90;

Proposição 11/90 ao que altera a composição da Região Metropolitana;

Proposição 165, que altera disposição da lei que criou a carteira de previdência complementar aos servidores do Poder Judiciário;

Proposição 173 ao Projeto de Lei 503/90;

Proposição ao Veto 179/90, Projeto de Lei 432/90;

Proposição ao Veto 181/90 - 365/90;

Proposição ao Veto 182/90, Projeto de Lei 146/90;

Proposição ao Veto 184, Projeto de Lei 494/90;

Os Srs. Deputados que aprovam mais este bloco, conservem-se como estão. PELO ARQUIVAMENTO. APROVADO.

Proposição ao Veto 88/90, Projeto de Lei 25/90;

Proposição ao Veto 97/90, ao Projeto de Lei 17/90;

Proposição aos Vetos 146, 158, 159, 161, 162 e 198/90.

Os Srs. Deputados que aprovam o arquivamento, conservem-se como estão. APROVADO.

Proposição aos Vetos 170, 171 e 45/90, e 12/91, Proposições 11/91 e 17/91.

Os Srs. Deputados que aprovam o arquivamento, conservem-se como estão. APROVADO.

Será comunicado ao Departamento Legislativo.

Vamos colocar em votação o primeiro bloco; 186, 01, 06, 12, 14, 17, 18, 21, 25 e 30/91, excluído o 02.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 186/90 - VETO PARCIAL aposto ao Projeto de Lei n° 501/90, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n° 171/90), que dispõe sobre o orçamento fiscal, o orçamento próprio da administração indireta e o orçamento de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista, para o exercício financeiro de 1991. Com Parecer da C.C.J., favorável à apreciação da proposição pelo Plenário.

OF/DTL/N° 386/90

Curitiba, 21 de dezembro de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 415/90, desta Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do Art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI PARCIALMENTE o Projeto de Lei n° 501/90, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que o Orçamento Geral do Estado, composto do Orçamento Fiscal, do Orçamento Próprio da Administração Indireta e da Programação Orçamentária Global das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista para o exercício de 1991, estima a receita em Cr\$ ..... 298.543.330.000,00 (duzentos e noventa e oito bilhões, quinhentos e quarenta e três milhões e trezentos e trinta mil cruzeiros). Visa, ainda, adotar outras providên-



ciais. O veto parcial aposto incidiu sobre o art. 3º e o Anexo VI, dele dependente, (mantidos os anexos III, IV e V, tendo em vista o contido no art. 2º e parágrafos); sobre o Art. 10 e o Anexo VII dele dependente, e sobre o art. 11.

O veto ao art. 3º, que se acolhido daria sustentação ao Anexo VI, decorre do pronunciamento da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral que, analisando a matéria entendeu ser o contido nos mencionados artigo e anexo, inconstitucional, por ferir o art. 134, § 3º, incisos I e II, da Carta Estadual, pois os pretendidos destaques não são compatíveis com a vigente Lei de Diretrizes Orçamentárias nem estão acompanhados dos necessários recursos.

O não acolhimento ao art. 10 e ao anexo VII, dele dependente, decorre também de manifestação da SEPL entendendo que tal artigo e anexo ferem o art. 134, § 3º, inciso I, da Constituição Estadual, porque incompatíveis com a já referida Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Por outro lado, o art. 11 mereceu veto porque, em razão do não acolhimento aos arts. 3º e 10, ficaria inteiramente superado, e portanto, desnecessário.

Esses, os motivos que me levaram a vetar parcialmente o projeto de lei que, em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
VETO PARCIAL PROPOSIÇÃO N° 186/90

P A R E C E R:

A Proposição n° 186/90, apresenta o veto parcial aposto pelo Sr. Governador ao Projeto de Lei n° 501/90, ou seja, a Proposta de Orçamento Anual de 1991.

O veto parcial em questão foi encaminhado a esta Casa, através do Ofício DTL/386/90, protocolado no dia 26.12.90, proferido dentro dos prazos estabelecidos pelo § 1º do Art. 71 da Constituição Estadual.

Nas razões do veto o Sr. Álvaro Dias afirma ser inconstitucional o art. 3º e Anexo IV, o Art. 10 e Anexo VII. E, considera desnecessário, "inteiramente superado" em razão dos demais vetos, o Art. 11.

O então Deputado Estadual Luciano Pizzatto, ilustre relator do Projeto 501/90, justifica os artigos e anexos afirmando que "foram acatadas de forma total ou parcial as emendas que se encontravam rigorosamente dentro das normas técnicas e legais".

Analisando o aspecto regimental, legal

Curitiba, quinta, em 21.03.91

e constitucional, verificamos que a proposição deve ser apreciada por esta Casa de Leis podendo seguir normal tramitação.

Desta maneira, apresentamos Parecer Favorável pela apreciação do veto em plenário, recomendando sua imediata inclusão na Ordem do Dia, seguindo previsão constitucional.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.03.91,  
(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
COSTENARO NETO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 01/91, - VETO aposto ao Projeto de Lei n° 391/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza o porte de arma aos Oficiais de Justiça e dá outras providências. Com Parecer da C.C.J., favorável à apreciação da proposição pelo Plenário.

OF/DTL/SAT/N° 20/91

Curitiba, 04 de janeiro de 1991.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 338/90, desta Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 47, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do Art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei n° 391/90, que trata da autorização de porte de arma aos Oficiais de Justiça, tendo em vista informações prestadas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública de que o mesmo pela forma como está posto, conflita com o Decreto Federal n° 55.649, de 28 de janeiro de 1965, que estabelece critérios básicos sobre o assunto, os quais verifica-se a possibilidade de atendimento à reivindicação independentemente da pretendida lei estadual.

Esses, os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 391/90, encontra-se publicado no D.A. n° 119/90, de 11.10.90).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO N° 01/91

P A R E C E R:

A proposição em tela veta o Projeto de Lei n° 391/90, que foi comunicado a esta Casa pelo Sr. Governador do Estado, através do Ofício n° 20/91, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo constitucional, usando o Sr. Governador da atribuição que lhe con-



ferem os arts. 87, VIII e 71, § 1º, ambos da Constituição Estadual. A razão da negativa governamental veio de informações prestadas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública de que a matéria contida no projeto de lei em tela conflita com o Decreto Federal nº 55.694, de 28 de janeiro de 1965, que estabelece critérios básicos sobre o assunto, nos quais verifica-se a possibilidade de atendimento à reivindicação independentemente da pretendida lei estadual.

Obedecida a hierarquia das leis, um decreto federal vale mais que uma lei estadual. Além de que há o princípio da legalidade que reza que, havendo leis de hierarquias diferentes concomitantes aplica-se o preceito da maior entre elas - que neste caso é o do Decreto Federal. Há neste caso, além da situação acima descrita, o fato da lei maior ser contrária à lei menor, que obviamente deixa sem efeito a lei menor.

Diante do exposto acima e obedecendo-se o princípio da divisão de poderes, entendemos que a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário.

Sala das Comissões, em 19.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

MÁRIO BEZERRA - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 006/91 - VETO aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 329/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que dá nova redação e acresce parágrafo ao art. 16 da Lei Complementar nº 14, de 26.05.82 (Polícia Civil). Com Parecer da C.C.J., favorável à apreciação da proposição pelo Plenário.

OF/DTL/SAT/Nº 01/91

Curitiba, 02 de janeiro de 1991.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 357/90, desta Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do Art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei Complementar nº 329/85, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo alterar a redação do art. 16, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982.

O não acolhimento ao projeto de lei em referência decorre de pronunciamentos da Secretaria de Estado da Administração e da Segurança Pública, ambas apontando aspectos de inconstitucionalidade da medida, tendo a SESP, textualmente, asseverado que:

"Referido projeto trata da alteração do art. 16 da Lei Complementar nº 14, de

26 de maio de 1982, prevendo-se a destinação de 50% das vagas do Quadro de Pessoal da Polícia Civil com preenchimento exclusivo por policiais civis.

É oportuno referir que a matéria enfocada consubstancia o chamado "concurso interno", no percentual acima estabelecido, cuja aplicação, de forma indubitosa, conflita com o preceito constitucional previsto no art. 37, inciso II e § 2º (CF). Impondo observar a obrigatória realização de concurso público para a investidura no cargo público, sem o que ocorrerá a nulidade do ato e a punição da autoridade, nos termos da lei.

Destarte, é de se entender derogados os dispositivos legais eventualmente anteriores à Carta Magna e que se direcionavam parcialmente ao público interior.

No documento em exame se constata ainda, não bastasse sua inconstitucionalidade, a hipótese que a habilitação para as vagas "não poderá ser exercida por policiais civis em cuja ficha funcional conste punição da qual não caibam mais recursos n.g. (§ 3º), nisso importaria considerar que a todos os punidos restaria a revisão do procedimento que deu causa à punição, o que resultaria em tumultuar sobremaneira a administração policial com os inúmeros pedidos, certamente desprovidos de fundamentação legal ou fática.

Assim, à vista dos argumentos expendidos, é de se entender que o projeto em pauta é prejudicial aos interesses da Administração Policial e, de consequência, ao próprio Estado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 329/85  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O art. 16 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido do parágrafo que se lhe segue:

"Art. 16 - Havendo vaga que deva ser provida através de concurso público, o colegiado competente da Polícia Civil solicitará à Secretaria de Estado da Segurança Pública, a abertura do concurso, reservando 50% das vagas concedidas aos policiais civis pertencentes ao Quadro de Polícia Civil do Estado do Paraná, que preencham os requisitos do mesmo.

§ 1º - Das instruções para o concurso

público, de cuja banca examinadora fará parte pelo menos uma pessoa indicada pelo colegiado da Polícia Civil, constarão: limite de idade, número de vagas, requisitos de ordem moral, física e mental, e exigência de provas e títulos.

§ 2º - As vagas restantes das mencionadas no "caput" deste artigo, serão preenchidas sempre por candidatos que comprovarem domicílio eleitoral de cinco anos neste Estado.

§ 3º - A habilitação para as vagas de que trata o presente artigo não poderá ser exercida por policiais civis em cuja ficha funcional conste punição da qual não caibam mais recursos."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 05.12.90.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:

Trata-se de veto total, aposto pelo Governador do Estado, a projeto de lei que estipula que "50% de vagas da Polícia Civil deva ser preenchido por policiais civis, pertencentes ao Quadro de Polícia Civil do Estado que preencham os requisitos do mesmo."

Argüiu o Governador aspecto inconstitucional, baseando-se em pronunciamentos da Secretaria de Segurança Pública e também da Secretaria de Administração. E também levanta a hipótese "que a habilitação para as vagas" não poderá ser exercida por policiais civis em cuja ficha funcional conste punição na qual não caibam mais recursos". E por isto, levanta a questão de prejuízo ao interesse do Estado, para se socorrer no veto aposto.

Entendemos que o veto foi feito conforme a legislação e somos pela sua apreciação pelo duto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 012/91 - VETO aposto ao Projeto de Lei nº 605/90, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, que concede aos ocupantes de cargos de nível universitário do Quadro de Pessoal daquela Procuradoria, a gratificação de responsabilidade técnica prevista pela Lei nº 9049, de 06.07.89. Com Parecer da C.C.J., pelo arquivamento da proposição veto nº 12/91.

OF/DTL/Nº 42/91

Curitiba, 08 de janeiro de 1991.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento

do Ofício nº 411/90, desta Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do Art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 605/90, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo estender a gratificação de Responsabilidade Técnica prevista na Lei nº 9049, de 06 de julho de 1989, aos ocupantes de cargos universitários do Quadro Geral da Procuradoria Geral da Justiça, conforme especifica.

O não acolhimento ao projeto de lei em referência reflete a coerência do Poder Executivo no trato deste benefício, uma vez que a posição tomada em relação aos outros quadros próprios do Estado foi a de exclusão da benesse, dado o tratamento privilegiado que tais quadros tiveram ao longo destes anos, não sendo descapitalizados de tal modo como o foi o Quadro Geral do Estado que em razão disto mereceu ser alvo de correção materializada na Lei 9515/91, recentemente publicada. Esses, os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 605/90, encontra-se publicado no D.A. nº 150/90, de 10.12.90, em Primeira Discussão).

VETO.

Razões em separado.

Em 08.01.91

Projeto de Lei nº 605/90

Álvaro Dias

Governador do Estado

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETA:

Art. 1º - A Gratificação de Responsabilidade Técnica prevista pela Lei nº 9.049, de 06 de julho de 1989, fica estendida aos ocupantes dos cargos de nível universitário do Quadro Geral da Procuradoria Geral de Justiça, inclusive os inativos, conforme nomenclatura de cargos constantes do anexo à presente lei, no mesmo percentual, aplicado sobre os respectivos vencimentos e para os efeitos legais.

Art. 2º - Os efeitos financeiros decorrentes desta lei serão devidos a partir de 1º de janeiro de 1991.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a

Lei n° 9186, de 08 de janeiro de 1990 e demais disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 12.12.90

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA  
ANEXO DE QUE TRATA O ARTIGO 1°

I - Cargos "Quadro Ocupacional Técnico Superior" (efetivo) Lei n° 9.216/90

- Assistente Jurídico
- Bibliotecário
- Técnico de Administração

II - Cargos Técnico-Superior do Quadro da Procuradoria Geral de Justiça, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (Lei n° 9.216/90)

- Advogado
- Bibliotecário
- Contador
- Auditor
- Técnico em Recursos Humanos
- Técnico em Materiais
- Técnico em O & M
- Técnico em Sistemas de Informação
- Técnico em Planejamento
- Técnico em Processamento de Dados
- Jornalista

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO N° 12/91

P A R E C E R:

A proposição em tela traz veto aposto ao Projeto de Lei n° 605/90, que foi comunicado a esta Casa pelo Ofício DTL 42/91, datado de 08.01.91, daí decorrendo o prazo constitucional para apreciação do veto.

O veto foi proferido dentro dos prazos constitucionais, delimitados pelo Art. 71, § 1°, da Carta Estadual.

Ocorre que a Procuradoria Geral da Justiça, encaminhou a esta Casa de Leis, o projeto de lei de idêntico teor ao que foi vetado e transformado em Proposição Veto 012/91, concedendo aos ocupantes de cargos de nível universitário da Procuradoria, o mesmo índice de 40% de gratificação que foi concedido pelo projeto acima vetado.

Esta nova propositura da PGJ, denominada de Projeto de Lei n° 13/91, foi aprovado por esta Casa em sessões de 11 e 12 de março deste ano, e se encontram agora em poder do Governador, para o cumprimento do art. 71, da Carta Estadual.

Por serem as duas proposições de idêntico teor e por existir a possibilidade de o Projeto de Lei n° 13/91 ser sancionado pelo Governador e na pior das hipóteses ao vetá-lo, o veto retornará a esta Casa, podendo então ser apreciado posteriormente.

Face ao exposto acima, opinamos pelo arquivamento da Proposição Veto n° 12/91.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
OVIDIO CONSTANTINO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 014/91 - VETO aposto ao Projeto de Lei n° 578/90, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEAO, que concede uma pensão mensal à Sra. Maria de Lourdes Mendes de Camargo, viúva do ex-Prefeito do Município de Guarapuava. Com Parecer da C.C.J., favorável à apreciação da proposição pelo Plenário.

OF/DTL/N° 47/91

Curitiba, 14 de janeiro de 1991.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 390/90, desta Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do Art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei n° 578/90, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que: "Fica concedida a MARIA DE LOURDES MENDES DE CAMARGO, viúva do ex-Prefeito do Município de Guarapuava, Francisco Solano Alves de Camargo, uma pensão mensal no valor de Cr\$ 16.659,10 (dezesesseis mil, seiscentos e cinquenta e nove cruzeiros e dez centavos), equivalente a 2 salários-mínimos".

O não acolhimento ao projeto de lei em referência decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado da Administração que o examinando, assim se manifestou:

"1. A partir da publicação da Lei Federal n° 7789, de 03.07.89, deixou de existir o Salário-Mínimo de Referência e o Piso Nacional de Salários, vigorando apenas o Salário-Mínimo.

A mesma lei, tomando por base o contido no Art. 7°, inciso IV da Constituição Federal, proibiu a vinculação do Salário Mínimo para qualquer fim, ressalvados os benefícios de prestação continuada pagos pela Previdência Social.

2. Para preencher o vazio decorrente da aplicação do princípio constitucional, foi editada a Lei Federal n° 7843, de 18.10.89, que estabelece em seu art. 2°, que os valores expressos em quantidades de salários-mínimos de referência - SMR, na legislação em vigor, ou a ele vinculado, passam a ser calculados em função do Bônus do Tesouro Nacional - BTN à razão de 40 BTN's para cada SMR".

Esses, os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 578/90, encontra-se publicado no D.A. n° 140/90, de 20.11.90).

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:

Usando de atribuições legais, o Governador vetou integralmente este projeto de lei, tendo em vista pronunciamento da Secretaria de Administração, que alega inexistir o salário-mínimo de referência, pela Lei 7789, de 03.07.89, vigorando apenas o salário-mínimo. E esta mesma lei proibiu a vinculação do Salário-Mínimo para qualquer fim.

Esta Comissão de Constituição e Justiça já se pronunciou a respeito, em casos recentes, entendendo tratar-se de matéria inconstitucional.

Cabe ao douto Plenário a decisão final.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 017/91 - VETO aposto ao Projeto de Lei n° 612/90, de autoria do Deputado NEREU MASSIGNAN, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Foz do Iguaçu, o imóvel que especifica. Com Parecer da C.C.J., favorável à apreciação da proposição pelo Plenário.

OF/DTL/N° 63/91

Curitiba, 18 de janeiro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 432/90, desta Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do Art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei n° 612/90, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Foz do Iguaçu imóvel ali localizado, com área de 3.584,41m<sup>2</sup> com as benfeitorias nele existentes, objeto da transcrição de matrícula n° 18.391, do livro n° 2, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

O não acolhimento da medida em referência decorre de pronunciamento da Coordenadoria de Patrimônio do Estado, da Secretaria de Estado da Administração que informa a existência de procedimento administrativo em andamento tratando da permuta deste imóvel por outro pertencente à Divisão de Polícia Federal de Foz do Iguaçu no qual o Estado tem interesse. Demais disso, caso não se efetive a mencionada transação, alerta daquela Coordenadoria para situação de carência de imóveis do

Curitiba, quinta, em 21.03.91

próprio Estado, para instalação de diversos órgãos que ainda continuam locando imóveis de terceiros no interior, não se aconselhando, pois, a sanção ao presente projeto de lei.

Esses, os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 612/90, encontra-se publicado no D.A. n° 148/90, de 05.12.90).

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO N° 17/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Foz do Iguaçu, imóvel ali localizado, foi vetado pelo Governador do Estado.

O veto governamental autografado em 18.01.91, está em condições de ser apreciado por esta Assembléia eis que, a providência se encontra dentro do prazo regimental previsto, além de atender às demais formalidades legais e regimentais, devendo tomar sua regular tramitação.

Assim, somos de parecer favorável pela sua apreciação em plenário.

Sala das Comissões, em 19.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 018/91, - VETO aposto ao Projeto de Lei n° 614/90, de autoria do Deputado NEREU MASSIGNAN, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Foz do Iguaçu, o imóvel que especifica. Com Parecer da C.C.J., favorável à apreciação da proposição pelo Plenário.

OF/DTL/N° 64/91

Curitiba, 18 de janeiro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 444/90, desta Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do Art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei n° 614/90, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que "Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a doar ao Município de Foz do Iguaçu, o imóvel situado no mesmo município, com área de 2.400m<sup>2</sup>, com as benfeitorias nele existentes havido pelo Estado do Paraná, objeto da transcrição n° 2780, do Livro 3-C, às fls. 142, do Cartório de Registro de Imó-

íveis da Comarca de Foz do Iguaçu".

JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

O não acolhimento da medida em referência decorre de pronunciamento da Coordenadoria de Patrimônio do Estado, da Secretaria da Administração que o examinando, assim se manifestou:

"Quanto a este imóvel, o que temos a informar é que o mesmo realmente pertence ao Patrimônio Estadual, foi adquirido através de compra e venda em 19.08.52, está devidamente registrado na transcrição n° 2780, no Livro 3-C do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu e contém edificações que perfazem um total de aproximadamente 640,00 m2, divididos em 5 (cinco) residências.

Conforme ainda constam em nossos registros, estas residências estavam sendo ocupadas, respectivamente uma como residência para o Chefe do Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrante - CETREME, que deve ser algum órgão ligado à SEJA, uma como residência para o Chefe da unidade sanitária órgão vinculado à SESA, uma ocupada pela SUREHMA e duas ocupadas pela SU-CREAM e não temos conhecimento em nosso setor, que as mesmas foram desocupadas".

Salienta ainda aquela Coordenadoria que com referência à área em questão, por ocasião da terceira etapa da reforma administrativa, foi encaminhada minuta de lei à Assembléia Legislativa propondo a venda de parte da mesma, cerca de 1.200,00m2, que restará prejudicada caso este projeto venha a ser sancionado.

Esses, os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 614/90, encontra-se publicado no D.A. n° 148/90, de 05.12.90).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROPOSIÇÃO VETO N° 18/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Foz do Iguaçu, o imóvel situado no mesmo município, foi vetado pelo Governador do Estado.

O veto governamental autografado em 18.01.91, está em condições de ser apreciado por esta Assembléia, eis que, a providência se encontra dentro do prazo regimental previsto, além de atender às demais formalidades legais e regimentais, devendo tomar sua regular tramitação.

Assim, somos de parecer favorável pela sua apreciação em plenário.

Sala das Comissões, em 19.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 021/91, - VETO aposto ao Projeto de Lei n° 615/90, de autoria do Deputado NEREU MASSIGNAN, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Foz do Iguaçu, os imóveis que especifica. Com Parecer da C.C.J., favorável à apreciação da proposição pelo Plenário.

OF/DTL/N° 69/91

Curitiba, 22 de janeiro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 445/90, desta Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do Art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei n° 615/90, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

A medida objetiva autorizar o Poder Executivo Estadual a doar ao Município de Foz do Iguaçu, o imóvel situado no mesmo município, com área de 1.800m<sup>2</sup> (mil e oitocentos metros quadrados), com as benfeitorias nele existentes adquirido pelo Estado do Paraná, objeto da transcrição n° 1.613 do Livro 3-B, às fls. 50, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu, autorizando-o também a doar ao município de Foz do Iguaçu, o imóvel situado no mesmo município, com área de 3.610,14m<sup>2</sup>, com as benfeitorias nele existentes, havido pelo Estado do Paraná, através de Doação que fez o município de Foz do Iguaçu ao próprio Estado, objeto da transcrição de Matrícula n° 18.390, do Livro n° 2, do Cartório de Registro da Comarca de Foz do Iguaçu (Arts. 1° e 2°).

O não acolhimento da medida em referência decorre de pronunciamento da Coordenadoria de Patrimônio do Estado, da Secretaria de Estado da Administração que o examinando, assim se manifestou:

"Com referência a estes imóveis, que se pretendem doar esta CPE/SEAD, tem a informar que os mesmos realmente fazem parte do Patrimônio Estadual, e foram adquiridos da seguinte forma: o de 1.800,00m2 através de compra e venda em 02.08.48, registrado na transcrição n° 1613, no Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca; e o de 3.610,14m2 através de doação do próprio município, em 17.03.82, registrado na matrícula n° 18.390, do mesmo cartório.

Nos registros desta CPE consta que em ambos existem edificações ocupadas por órgãos estaduais, da maneira que se segue: na área de 1.800,00m2 temos edificados aproximadamente 300,00m2, onde, para nós ainda está instalado e funcionando o Centro de Triagem e encaminhamento do Migran-

Te (CETREME); na área de 3.619,14m2 temos edificados aproximadamente 360,00m2, onde, também consta neste setor, que está instalado e em funcionamento a Décima Sexta CIRETRAN".

Demais disso, concluiu aquela Coordenadora:

"Considerando-se as edificações que existem sobre os respectivos imóveis que se pretende sejam doados ao município, considerando-se as ocupações referentes a cada uma das edificações já citadas, as quais para nós, conforme nossos cadastros ainda continuam ocupadas por órgãos estaduais, considerando-se também a carência de imóveis próprios estaduais para instalarem-se diversos órgãos que ainda continuam locando imóveis de terceiros no interior, e considerando-se principalmente, que deva ser princípio básico da Administração Pública, esta CPE/SEAD é contrária ao projeto".

Esses, os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 615/90, encontra-se publicado no D.A. n° 148/90, de 05.12.90).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO VETO N° 21/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Foz do Iguaçu, o imóvel situado no mesmo município, foi vetado pelo Governador do Estado.

O veto governamental autografado em 22.01.91, está em condições de ser apreciado por esta Assembléia, eis que, a providência se encontra dentro do prazo regimental previsto, além de atender às demais formalidades legais e regimentais, devendo tomar sua regular tramitação.

Assim, somos de parecer favorável pela sua apreciação em plenário.

Sala das Comissões, em 19.03.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;  
José Afonso Júnior - Relator.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 025/91 - VETO aposto ao Projeto de Lei n° 074/89, de autoria do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Marialva o lote 3/72, sub-divisão do lote 72 da gleba patrimônio Marialva. Com Parecer da C.C.J., favorável à apreciação da proposição pelo Plenário.

OF/DTL/N° 87/91.

Curitiba, 31 de janeiro de 1991.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 002/91, desta Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do Art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei n° 074/89, em razão dos motivos adiante expostos.

A medida objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Marialva, o lote 03/72, sub-divisão do lote 72 da Gleba Patrimônio Marialva.

O projeto de lei em referência não mereceu acolhimento tendo em vista pronunciamento do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado que, através da informação n° 70/91-DG, manifestou-se contrariamente à medida, em razão de haver, de parte daquela autarquia, projeto de utilização da referida área, que se destinará à construção de um núcleo visando atender as necessidades do órgão naquela região.

Esses, os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 074/89, encontra-se publicado no D.A. n° 021/89, de 12.04.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO VETO N° 25/91

P A R E C E R:

A proposição em tela veta o Projeto de Lei n° 74/89, que foi comunicado a esta Casa pelo Senhor Governador do Estado, através do Ofício n° 87/91, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

A governamental foi proferida dentro do prazo legal, usando o Sr. Governador da atribuição que lhe conferem os arts. 87, VII e 71, § 1°, ambos da Constituição Estadual. A razão da negativa governamental veio do pronunciamento do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado que manifestou-se contrário à matéria contida no projeto de lei em tela, em razão de haver da parte daquela autarquia, projeto de utilização da referida área, que se destinará à construção de um núcleo visando atender às necessidades do órgão naquela região.

Contudo a justificativa apresentada não goza de apoio legal ou constitucional suficiente para embasar a negativa governamental. Por outro lado, o imóvel em questão encontra-se abandonado, comprovan-

do, assim, o descaso do Poder Executivo e o seu não interesse de imediato pelo mesmo. Em contrapartida a Administração Pública Municipal de Marialva ali pretende implantar um projeto de grande alcance social para a comunidade, em benefício direto para a população.

Diante do exposto a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário, opinando-se pela derubada do veto.

Sala das Sessões, em 19.03.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

MÁRIO BEZERRA - Relator.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 030/91 - VETO aposto ao Projeto de Lei n° 254/86, de autoria do Deputado ACIR MEZZADRI, que dá nova redação ao inciso III do art. 15 da Lei n° 4338, de 25.01.61 (altera divisas do município de Balsa Nova. Com Parecer da C.C.J., favorável).

OF/DTL/SAT/N° 99/91

Curitiba, 15 de fevereiro de 1991.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 028/91, desta Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei n° 254/86, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar a redação do inciso III, do art. 15, da Lei n° 4338, de 25 de janeiro de 1961, para incorporar parte da área do município da Lapa, ao território de Balsa Nova.

O veto aposto ao projeto de lei em exame decorre da sua inconstitucionalidade, eis que não tendo sido precedido da realização de consulta prévia às populações interessadas, fere o mandamento contido no art. 18, § 4°, da Constituição Federal.

O não acolhimento ao referido plano de lei deve-se também a manifestação do Sr. Prefeito Municipal da Lapa, de que "os poderes constituídos, deste Município, representados por este Executivo e pelo Legislativo - ao qual demos conhecimento do expediente - não foram consultados sobre a indisfarçável forma de desmembramento de parte de seu território, que a sanção do projeto viria ocasionar". Disse, ainda, o Sr. Prefeito:

"Trata-se de iniciativa que merece o mais veemente repúdio da parte desta administração, como reflexo da manifestação unânime dos administradores que dela tomaram conhecimento. Porque mutila importante e extensa área do território lapeano e mascara visível forma de desmembramento,

sem consulta às populações interessadas, como preconizado pela Constituição Federal, em seu art.18, § 4°, violando o dispositivo constitucional e, com isso, tornando-se contrária à Lei Fundamental".

Esses, os motivos que me levaram a vetar este projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

Veto. Razões em separado.

Em 15/02/91.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

PROJETO DE LEI N° 254/86  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - O inciso III, do artigo 15, da Lei n° 4338, de 25 de janeiro de 1961, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15 - .....

I - Com o município de Campo Largo ...

II - Com o município de Araucária ....

III - Com o município da Lapa: "Começa no Rio Iguaçu na foz do Rio Turvo ou Espigão, ou da Ruchinska, subindo por este até a foz do Arroio Campestre ou Macaquinho, pelo qual sobe até sua nascente, de onde, por uma linha seca Leste-Oeste, de 3.000 metros, atinge o rio Vaca-Gorda, e por este abaixo até sua foz no rio Corisco, pelo qual desce até sua foz no rio Iguaçu, descendo por este até a foz do rio Turvo, ou Espigão ou da Ruchinska; ponto de partida".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 22.08.90.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO-PROJETO DE LEI N° 254/86

PARECER:

O veto ao presente projeto de lei vem provido de alegações embasadas nos preceitos constitucionais que comumente caracterizam tais decisões.

Entende-se que não houve cumprimento às disposições legais pertinentes a matéria, fundamentando-se, assim, procedente o veto.

Somos pela manutenção do veto.

Sala das Comissões, em 19.03.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

(a) CARLOS SIMÕES

Relator



Os Deputados favoráveis ao veto votaram SIM e os contra votarão NÃO.

O Senhor 1º Secretário vai proceder à chamada nominal para a votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Mais uma vez nós gostaríamos de contar com a compreensão de todos os Parlamentares desta Casa que através das Lideranças e da manifestação da maioria daqueles com que conversamos, concordaram que votássemos em bloco os vetos que estão sendo propostos para a discussão na tarde de hoje.

Como Vossa Excelência já anunciou primeiro que iremos iniciar a votação neste instante estarão as proposições 186, 01, 06, 12, 14, 17, 18, 21, 25 e 30 e nós recomendamos aos Senhores Deputados que, ao comparecerem à cabine para expressar os seus votos, o façam no sentido de que mantenhamos estes vetos, tendo em vista, pela análise feita pelo Governo do Estado, apresentam vícios de origem e na sua grande maioria estão também com vícios de inconstitucionalidade conforme já dissemos à maioria dos Senhores Deputados, Sua Excelência o Senhor Governador Roberto Requião nos alertava de que se alguns desses assuntos, porventura, vetados no final do Governo anterior merecer dos Senhores Parlamentares que integram essa nova legislatura uma atenção especial e venha justificar a sua reapresentação, que nós poderemos então discuti-los na sequência.

Mas, neste instante, para que evitemos uma série de requerimentos, arguições de inconstitucionalidade por parte do Governo do Estado, nós solicitamos aos Senhores Deputados que mantenhamos esses vetos que serão agora apreciados no primeiro bloco.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Após a chamada nominal).

Votaram 40 Senhores Deputados.

Designo uma comissão constituída pelos Senhores Deputados João Iensen, Carlos Simões, Severino Félix, para comporem a comissão escrutinadora.

Quarenta (40) Senhores Deputados votaram. Pela manutenção do veto, trinta e um (31). Pela rejeição do veto, sete (07). Votos em branco, dois (02).

**MANTIDOS OS VETOS, REJEITADOS OS PROJETOS.**

Segundo Bloco/Projeto nº 560/90 e 80/91.

**DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 08/91 -**

Curitiba, quinta, em 21.03.91

**VETO** aposto ao Projeto de Lei nº 560/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 196/90), que estende aos ocupantes de cargos de nível universitário da administração direta e autárquica do Poder Executivo, inclusive aos inativos, a gratificação de responsabilidade técnica prevista pela lei nº 9049, de 06.07.89. Com parecer da C.C.J., favorável à apreciação pelo plenário.

OF/DTL/CC/Nº 21/91

Curitiba, 07 de janeiro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 383/90, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto nº § 1º do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente, o Projeto de Lei nº 560/90, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo estender a Gratificação de Responsabilidade Técnica prevista na Lei nº 9049, de 06 de julho de 1989, aos ocupantes de cargo de nível universitário da administração direta e autárquica do Poder Executivo, inclusive aos inativos, conforme especifica.

O veto parcial apostado incidirá sobre o parágrafo único do artigo 1º e sobre o parágrafo único do art. 2º do projeto de lei em causa.

O não acolhimento aos mencionados dispositivos decorre da inconstitucionalidade dos mesmos, tendo em vista que, tendo sido objeto de emendas dessa augusta Casa, que se adotadas implicariam em aumento da despesa pública, conflitam com os mandamentos contidos no art. 68, inciso I, da Constituição Estadual, os quais não permitem emendas de tal natureza. Por oportuno, vale lembrar que a matéria, em sua versão original, foi proposta pelo Chefe do Poder Executivo através da Mensagem nº 196/90, de 5 de novembro de 1990, usando da competência que lhe é reservada pelo art. 66, inciso I e II, da Carta Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
VETO PARCIAL Nº 008/91

**PARECER:**

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Álvaro Dias, propôs para apreciação

por esta Casa de Leis o Projeto n° 560/90, oriundo da Mensagem do Poder Executivo n° 196/90, "que estende aos ocupantes dos cargos de nível universitário da administração direta e autárquica do Poder Executivo, inclusive aos inativos, a gratificação de Responsabilidade Técnica, prevista pela Lei n° 9049 de 06/07/89".

Nesta Casa de Leis o projeto recebeu emendas e, em seguida, foi aprovado. Encaminhado ao Poder Executivo para apreciação, sofreu veto parcial, justamente nas emendas apresentadas pelos ilustres Parlamentares.

O Senhor Governador pronunciou-se dentro do prazo constitucional tanto na sanção, quanto neste veto parcial ao referido projeto.

Recebido pela CCJ para parecer, este relator opina dentro do prazo regimental.

O processo segue o ritmo normal em seus aspectos constitucional, legal e regimental, estando pronto para apreciação em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.03.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

(a) COSTENARO NETO

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 23/91 - Veto aposto ao Projeto de Lei n° 626/90, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que acrescenta artigos à Lei n° 9295, que cria a Universidade do Centro-Oeste do Paraná. Com parecer da C.C.J., favorável à apreciação pelo plenário.

OF/DTL/SAT/CC/N° 19/91

Curitiba, 04 de janeiro de 1991  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 364/90, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 572/90, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que ficam criados "os cargos correspondentes aos atuais servidores, que na data de 05/10/88 possuíam vínculo empregatício com uma das instituições incorporadas e que não sofreram interrupção contratual após essa data". Visa, ainda, a criação de vagas correspondentes aos atuais servidores contratados após 05/10/88, para serem providas mediante concurso público.

O veto aposto ao projeto de lei em causa decorre de pronunciamento do Secretário de Estado da Administração, cujo inteiro teor vai adiante transcrito:

"Através do Projeto de Lei n° 572/90, propõe-se no art. 1° a criação dos cargos correspondentes aos atuais servidores, que na data de 05.10.88 possuíam vínculo empregatício com uma das instituições incorporadas e que não sofreram interrupção contratual após essa data.

Pelo art. 2°, do mesmo projeto de lei, ficam criadas, também, as vagas correspondentes aos atuais servidores contratados após 05.10.88 para serem providas mediante concurso público.

Dado o acima exposto, informo que:

1 - O projeto de lei ora proposto, além de ser um tanto quanto vago, uma vez que não especifica as instituições incorporadas e nem quantifica os cargos, é de todo ilegal e inconstitucional.

2 - Pelo disposto no art. 5° da Constituição Federal todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Deste modo, a criação de cargos para o pessoal que já pertence às instituições incorporadas, fere o princípio constitucional da igualdade.

3 - O projeto de lei, contrapõe-se, também, ao princípio constitucional disposto no inciso I, do art. 37 da Carta Magna, uma vez que os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.

4 - Além do já exposto, fere o art. 169 da Constituição Federal, que prevê a necessidade de existência de dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

5 - Deve, portanto, este projeto ser vetado na íntegra, por ser inconstitucional e contrário ao interesse público."

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

VETO.

Razões em separado

Em 04.01.91.

Álvaro Dias

Governador do Estado

PROJETO DE LEI N° 572/90

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam criados os cargos cor-

respondentes aos atuais servidores, que na data de 05.10.88 possuíam vínculo empregatício com uma das instituições incorporadas e que não sofreram interrupção contratual após essa data.

Art. 2º - Ficam criadas as vagas correspondentes aos atuais servidores contratados após 05.10.88 para serem providas mediante concurso público.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 05.12.90

(a) COMISSÃO EXECUTIVA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO VETO Nº 002/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei que acrescenta artigos à Lei nº 9.295, criando a Universidade do Centro-Oeste do Paraná, foi vetado pelo Governador do Estado.

O veto governamental autografado em 04.01.91 está em condições de ser apreciado por esta Assembléia eis que, a providência se encontra dentro do prazo regimental previsto, além de atender às demais formalidades legais e regimentais, devendo tomar sua regular tramitação.

Assim, somos de parecer favorável pela sua apreciação em Plenário.

Sala das Comissões, em 19.03.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;

JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 02/91 - VETO aposto ao Projeto de Lei nº 572/90, de autoria do Deputado Nereu Massignan, que cria a região administrativa de Dois Vizinhos, com sede na localidade do mesmo nome. Com Parecer da C.C.J., favorável à apreciação pelo plenário.

OF/DTL/Nº 80/91

Curitiba, 29 de janeiro de 1991  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de causar o recebimento do Ofício nº 008/91 dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º do art. 71, ambos da Constituição Estadual vetei o Projeto de Lei nº 626/90, em razão dos motivos adiante expostos.

A medida objetiva a criação da região administrativa de Dois Vizinhos, com sede no município do mesmo nome e como resultado do desmembramento das regiões administrativas de Francisco Beltrão, Guarapuava e Pato Branco e integrada pelos municípios de São João, São Jorge do Oeste, Quedas do Iguaçu, Nova Prata do Iguaçu, Verê, Itapejara do Oeste, Chopinzinho, Três Barras do Paraná, Enéas Marques, Boa Vista da Apare-

cida, Salto do Lontra e Dois Vizinhos (sede), prevendo a instalação da referida região após seis meses da publicação da presente lei.

O projeto de lei em referência não mereceu acolhimento tendo em vista pronunciamento da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral que através de sua Coordenadoria de Planejamento Governamental, assim se manifestou:

"A Regionalização Administrativa do Estado do Paraná, foi estabelecida pelo Decreto nº 2.441 de 10 de fevereiro de 1988, com base nos Artigos 81 e 84 da Lei nº 8.485 de 03 de junho de 1987.

Isto porque, julga-se que a definição destas Regiões através de decreto, melhor atende aos superiores interesses do Estado. Uma vez que, a Regionalização serve a uma ação interna do Governo, cabe, portanto, ao Poder Executivo planejar e desenvolver estudos de agrupamentos de municípios em regiões com o objetivo de promover a melhor distribuição territorial e o aumento da eficiência de sua "máquina administrativa".

O projeto em questão pretende englobar 2 municípios que pertencem a RA-12 com sede em Cascavel, 6 municípios que pertencem a RA-13 com sede em Francisco Beltrão, 3 municípios que pertencem a RA-14 com sede em Pato Branco, e 1 município que pertence a RA-15 com sede em Guarapuava, em uma só região com sede em Dois Vizinhos.

Como se vê, seriam alteradas 4 regiões administrativas, o que acarretaria a necessidade da redefinição do espaço e atuação dos órgãos setoriais do Governo existentes naqueles locais, bem como uma elevação de custos".

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

VETO.

Razões em separado.

Em 29.01.91.

ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 626/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criada a região administrativa de Dois Vizinhos, com sede no município do mesmo nome e como resultado do desmembramento das regiões administrativas de Francisco Beltrão, Guarapuava e Pato Branco, integrada pelos seguintes

Municípios:

São João; São Jorge do Oeste; Quedas do Iguaçu; Nova Prata do Iguaçu; Verê; Itapejara do Oeste; Chopinzinho; Três Barras do Paraná; Enéas Marques; Boa Vista da Aparecida; Salto do Lontra e Dois Vizinhos (sede).

Art. 2º - A implantação da região administrativa de Dois Vizinhos, dar-se-á seis meses após a publicação da presente lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 08.01.91

(a) COMISSÃO EXECUTIVA.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO - VETO N° 023/91

P A R E C E R:

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, comunicada a esta Casa de Leis, através do ofício DTL n° 80/91 do Gabinete do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, objetiva vetar o Projeto de Lei n° 626/90, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Nereu Massignan, que possui o intuito de criar a região administrativa de Dois Vizinhos.

Procedida à análise legal, constitucional e regimental da proposição em tela, notamos a conformidade com o artigo 71, e seus parágrafos, da Constituição do Estado do Paraná e 215, e seus parágrafos, do Regimento Interno desta Assembléia.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer, declarando que a matéria encontra-se em condições de ser apreciada pelo egrégio Plenário desta Casa de Leis, nada obstando a sua normal tramitação processual legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.03.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;

OVÍDIO CONSTANTINO - Relator.

O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, eu havia solicitado destaque, a proposição n° 02, veto ao Projeto de Lei n° 572/90, e eu gostaria Sr. Presidente de retirar o meu requerimento em destaque, e deixar livre Vossa Excelência, para que se for do interesse dessa Casa, colocar então para votação também nesse bloco a nossa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Atendi-

do, será votado no mesmo bloco, são três vetos no mesmo bloco.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Eu pergunto a Vossa Excelência se nós estamos também nesse bloco, votando agora a proposição n° 2.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 40 Srs. Deputados.

Pela manutenção do veto vinte e dois, pela rejeição quinze, em branco três. Mantido o veto. Está rejeitado o Projeto.

Destaque para a Proposição 22/91.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 22/91 - VETO aposto ao Projeto de Lei n° 41/90, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que concede transporte coletivo intermunicipal gratuito para maiores de 65 anos de idade, em todo o território paranaense. Com Parecer da C.C.J., favorável à apreciação pelo plenário.

OF/DTL/N° 75/91

Curitiba, 23 de janeiro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 426/90, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o projeto de Lei n° 041/90, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que: "Fica isento de pagamento de passagens, nos ônibus das linhas transporte coletivo intermunicipal, o passageiro maior de 65 anos de idade".

Sem embargo, da alta relevância a que colima a medida, não pode merecer acolhimento, tendo em vista as conseqüências onerosas que naturalmente adviriam de sua efetivação. Realmente, seria ingenuidade pensar que a perda sofrida pelo empresário de transporte intermunicipal seria assimilada sem nenhuma objeção. Evidente que a descapitalização resultante da concessão do benefício será compensada pelo inevitável repasse ao custo das passagens do usuário, como meio de absorção daquela perda, fato que desaconselha o acolhimento do presente projeto de lei.

Esses motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a

Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

VETO: Razões em separado.

Em 28.01.91

ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

PROJETO DE LEI N° 041/90

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica isento de pagamento de passagens, nos ônibus das linhas do transporte coletivo intermunicipal, o passageiro maior de 65 anos de idade.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 28.12.90.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO N° 022/91

P A R E C E R:

A presente proposição-veto, manifestada pelo Poder Executivo, através do ofício DTL/n° 75/91, de 23 de janeiro de 1991, do Gabinete do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, incidente sobre o Projeto de Lei n° 141/90, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Cândido Bastos, objetiva conceder transporte coletivo intermunicipal gratuito, para maiores de 65 anos de idade, em todo o território do Estado do Paraná.

As razões do veto são de que a aprovação da medida importaria em consequências onerosas e que seria "ingenuidade" esta Casa de Leis pensar que a perda sofrida pelo empresariado dos transportes intermunicipais, seria assimilada sem nenhuma objeção.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da proposição em tela, notamos a sua conformidade com o disposto no artigo 71, e seus parágrafos, da Constituição Estadual, e 215, e seus parágrafos, do Regimento Interno desta colenda Casa de Leis, nada encontrando que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer declarando que a matéria encontra-se em perfeitas condições de ser apreciada pelo egrégio Plenário desta Assembléia Legislativa.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 19.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

O SR. ALGACI TÚLIO - Para encaminhar Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar a votação Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para encaminhar) - Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu venho defender um projeto que não é de minha autoria, mas é um projeto, tenho certeza, que é do espírito de todos os Parlamentares presentes nesta Casa. É a situação do idoso, é a situação do aposentado especialmente, que ganha uma pensão miserável e que ainda é obrigado a pagar o transporte coletivo.

Nós votamos aqui na semana passada um projeto de minha autoria quase que nas mesmas condições deste, só que visava dar a passagem gratuita aos portadores de deficiência, e lamentavelmente a Assembléia não entendeu o espírito da coisa e nós fomos derrotados naquela ocasião. Hoje, eu venho defender esse projeto, e por quê? Porque esta Casa é testemunha da minha luta na defesa do aposentado, na defesa dos idosos. Esta mesma Casa no ano passado aprovou um projeto de minha autoria que visava isentar de pagamentos de taxas para segunda-via de identidade, de certidão de óbito, de certidão de nascimento aos maiores de 65 anos de idade, e tornou-se lei porque a Casa aprovou por unanimidade, o Governo sancionou e hoje é um direito do maior de 65 anos.

A Constituição Federal, a exemplo da Estadual, ela contempla o maior de 65 anos, não diria em privilégios, mais direitos adquiridos, e por esta razão, esta Casa não pode manter este veto, com o devido respeito ao Governo do Estado pelo seu veto, mas a Casa precisa acima de tudo também se resguardar; porque eu quero fazer aqui uma leitura de um trecho das razões do veto. Na verdade as razões do veto do Governador não diz nada, o Parlamentar pode de repente ficar impressionado quando o Governador cita aqui o artigo 87, inciso 7, o parágrafo 1°, o artigo 71, mas isso aqui tudo é o que diz respeito ao direito do Governador de fazer o veto, ele nem sequer está entrando no mérito da matéria, ele não entra no mérito da matéria, ele reconhece que é um projeto de inegável alcance social. Então, as próprias razões do veto do Governador não diz nada, absolutamente nada, apenas ele cita os artigos que lhe dão direito de vetar o projeto de lei, mas não entra no mérito do projeto. No entanto, mais em baixo, ele cita aqui que realmente seria uma ingenuidade pensar que a perda sofrida pelo empresário do transporte coletivo intermunicipal seria assimilada sem nenhuma objeção. Evidente

que a descapitalização resultante da concessão do benefício será compensada pelo inevitável repasse ao custo das passagens do usuário comum. Isso é uma coisa lógica. É preferível que quem está trabalhando e quem está ganhando, ou quem está usando o transporte para passear pague a passagem não o idoso, aposentado que ganha um salário miserável. Acho que aí é que é o alcance social desta matéria, deste projeto de lei.

Agora, também, não podemos admitir que o Governo chame a Assembléia de Deputados ingênuos porque a própria Constituição que dá o direito ao maior de 65 anos de idade, então todos somos ingênuos, por defender o maior de 65 anos de idade, se isso for ingênuos, por defender o maior de 65 anos de idade, se isso for ingenuidade eu prefiro continuar ingênuo nesse sentido. Além do mais o parecer também do nobre Deputado Nelson Justus, que me parece também sensível aos direitos do maior de 65 anos, também saiu pela tangente. Ele reconhece, tenho certeza disso, o alcance social, e no parecer da CCJ não diz nem Sim, e nem Não, muito pelo contrário, porque diz aqui, "procedida à análise legal, constitucional e regimental da proposição em tela notamos a sua conformidade com o disposto no artigo 71 e seus parágrafos. Diz aqui no final: "Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá o seu parecer declarando que a matéria encontra-se em perfeitas condições de ser apreciada pelo egrégio Plenário desta Assembléia.

Então a CCJ e o Deputado Nelson Justus, no meu entendimento, entendem que este Plenário pode decidir pela aprovação ou não deste projeto de lei.

Lamento não poder dar aparte ao Deputado Nelson Justus porque ele viria somar nesse nosso pensamento.

Então eu pediria aos companheiros e até ao Líder do PMDB, porque sabemos que na própria Constituição do Estado colocou emendas tentando ajudar os maiores de 65 anos de idade, eu pediria à Bancada do PMDB, vejam, não é um projeto de minha autoria, é do ex-Deputado Cândido Bastos esse projeto de um grande alcance social, então eu pediria aos companheiros e ao Deputado Orlando Pessuti que até liberasse a sua Bancada numa questão de justiça a esta gente, porque amanhã todos nós teremos 65 anos de idade, hoje somos Parlamentares, será que daqui a alguns anos teremos condições de pagar uma passagem, sofrendo até discriminação de motorista de ônibus, de cobradores.

Então tem esses problemas todos que espero que os Parlamentares atentem para o detalhe, vejam, o próprio Governador não entra no mérito da questão, não diz nada das razões do veto. A própria CCJ não diz

nem que Sim, nem que Não, muito pelo contrário. Então espero a compreensão dos Senhores Parlamentares para que nós derrubemos este Veto. Não será nenhuma derrota do Governador, em absoluto, absolutamente, faz parte do Parlamento. Agora o Governador teve duas vitórias nos outros Vetos. Acho que nós se derrubarmos esse veto seria um grande passo social que dará, o reconhecimento dessa Assembléia, a sensibilidade dos Parlamentares no direito que concerne aos maiores de sessenta e cinco anos de idade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o nobre Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Nós já conversamos praticamente com todos os Parlamentares da nossa bancada e tendo em vista a relevância do assunto que estamos discutindo, inclusive, por ocasião da Assembléia Estadual Constituinte, acompanhamos a iniciativa de alguns Senhores Parlamentares e apresentávamos emendas com referência a este assunto.

Apenas uma questão nos causa preocupação, que é a que diz respeito a aplicabilidade da lei evidentemente, porque é evidente que alguns prejuízos haverá ao se aplicar essa lei como também não foi previsto por parte nossa, quando elaboramos a lei nesta Casa, de estabelecer algum critério na sua aplicação. Vamos dizer, tem um ônibus aqui para Foz do Iguaçu, uma linha normal, com cinquenta passageiros e, de repente, os cinquenta são pessoas com mais de 65 anos e a empresa, muitas vezes, vai ser obrigada a colocar um outro horário para suprir a demanda daqueles usuários tradicionais. Talvez o Governo, ao regulamentar, através dos órgãos competentes, a aplicação dessa lei, colocará algumas normas que possam disciplinar de que maneira esse acesso das pessoas com mais de 65 anos possa acontecer nas linhas de transporte intermunicipal.

Nós entendemos que é da mais alta relevância o assunto, fomos autor, junto da Assembléia Estadual Constituinte e que não aceita por entender, naquela ocasião, a relatoria e os demais Deputados que não se tratava de assunto constitucional. Então, nesse sentido, nós já conversamos com os nossos Deputados, a Bancada está liberada e cada um votará de acordo com a sua consciência e com o seu julgamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Inicia-se o processo de votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - (Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados para o processo de votação).

(Termina de proceder a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 35 Senhores Deputados. Convido os Deputados João Iensen, Severino Félix e Carlos Simões para comporem a comissão escrutinadora.

27 Senhores Deputados votaram não, 8 votaram sim. Está mantido do veto.

2ª DISCUSSÃO - do projeto de lei nº 16/91, de autoria do Deputado JOÃO IENSEN, que declara de utilidade pública o Instituto de Assistência Social, com sede e foro na cidade de Goioerê. Com parecer favorável da C.C.J. em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do projeto de resolução nº 18/91, de autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE e de outros, que revoga a resolução nº 51/90, a qual autoriza a realização de plebiscito no município de Paranaguá, para que a população decida sobre a criação do município de Pontal do Paraná. Com parecer favorável da C.C.J. (Publ. no D.A. nº 13, de 06.03.91).

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 18/91

P A R E C E R:

O ilustre Deputado LOURENÇO FREGONESE, com apoio de diversos parlamentares, apresenta este Projeto de Resolução nº 18/91, revogando a Resolução nº 51/90, que autorizou a realização de plebiscito. A fim de que a população respectiva decida sobre a criação do Município de Pontal do Paraná.

Quanto ao aspecto constitucional, não resta dúvida da competência do parlamentar para apresentar o referido projeto de Resolução.

Considerando a legalidade, observamos que até a presente data, o egrégio Tribunal Regional Eleitoral não apreciou o pedido marcando a data do plebiscito, estando portanto, ainda, dentro do prazo legal.

O projeto em tela, está também de acordo com os dispositivos do Regimento Interno.

Desta maneira, opinamos pela constitucionalidade, apresentando este parecer favorável.

Pela aprovação!

Sala das Comissões, em 19.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

Relator

Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra pela ordem.

O SR. ALGACI TÚLIO - Gostaria de discutir e encaminhar à votação, Sr. Presidente.

Vossa Excelência tem sido benevolente, democrático, gostaria de apelar por este espírito de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência pode encaminhar à votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos agora no processo de votação de projeto de resolução do Deputado Lourenço Fregonese que tenta impedir ao Tribunal Regional Eleitoral a marcação do plebiscito para a criação do município de Pontal do Paraná.

Srs. Parlamentares, entrar no mérito da criação do município torna-se até desnecessário porque todos nós, que vivemos no nosso litoral em épocas de temporada, fora de temporada, sabemos da necessidade da criação deste município.

Evidentemente que o Deputado Fregonese tem suas razões. Aliás, até eu o parablenizo porque o Deputado Anibal Khury que é autor do projeto, e nós que encampamos a luta por este projeto acabamos até valorizando o Deputado que em cima desta luta da bandeira que ele assumiu, da não criação do município, ele angariou, da população de Paranaguá, um número maior de votos. Parablenizo o Deputado por isto.

Mas acho que este projeto do Deputado Fregonese não vem em boa hora. Vou explicar porque e peço a atenção dos Srs. Parlamentares para que a Casa não incorra num erro que já estaria incorrendo, segundo a justificativa do Deputado e do próprio Prefeito de Paranaguá.

Vejam bem. Existe tramitando no Tribunal de Justiça, em órgão especial, dois mandados de segurança que se relaciona com a criação do município do Pontal do Paraná. O primeiro leva o nº 013853/6 em que é impetrante o município de Paranaguá e impetrado a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. O segundo mandado, nº 13355/6 em que é impetrante o município de Paranaguá e impetrado o Governador do Estado do Paraná. Em ambos os processos é alegada a inconstitucionalidade da lei estadual 9.342/90 que criou o município de Pontal do Paraná.

O Tribunal de Justiça, vejam bem Srs. Parlamentares, ainda não apreciou a matéria, ainda não decidiu sobre a constitucionalidade ou não deste projeto, por isto nós, nesta Casa, não podemos revogar uma autorização para a realização deste plebiscito. Deveremos, diz o bom senso,



Curitiba, quinta, em 21.03.91

aguardar a decisão do Poder sobre a matéria a fim de que possamos discutir o assunto com a lucidez requerida. Só com o pronunciamento do Tribunal de Justiça requerido pela população de Paranaguá que poderemos conhecer o caminho que esta Casa adotará na questão.

Enfatizo mais, se acolhermos o projeto hoje do Deputado Fregonese, estaremos assumindo, esta Casa vai assumir como inconstitucional uma medida aprovada por este Poder, sem que ao menos o Poder Judiciário tenha decidido sobre isto. A prudência, Srs. Parlamentares, recomenda que este projeto, até recomendaria ao Deputado Fregonese que o retirasse de votação, porque senão vamos estar votando uma matéria quando existe uma matéria subjudice. O Tribunal de Justiça está lá com dois mandados para decidir. E nós estamos agora querendo impedir a marcação do plebiscito porque não foi marcado ainda. O Tribunal Eleitoral ainda não marcou a data do plebiscito. Além do que existem dois mandatos de segurança impetrados pela Prefeitura de Paranaguá contra o Governo do Estado e contra esta Casa.

Pediria apenas aos companheiros a prudência nesta votação de preferência, eu solicito aos companheiros para que não haja um desgaste maior nesta Casa. Porque se a Prefeitura de Paranaguá alega inconstitucionalidade, inconstitucionalidade também é este projeto de resolução, porque está querendo se aprovar uma matéria em cima de uma matéria que ainda está "subjudice", por esta razão eu peço aos senhores parlamentares para que votem contrário a este projeto de resolução.

Muito obrigado.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Para encaminhar)

- Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, Srs. Deputados.

O Companheiro Algaci Túlio, reportou bem a situação do município que querem criar, que querem tirar parte, mais uma parte do território de Paranaguá. Só que não só a Prefeitura de Paranaguá, sessenta e uma prefeituras do Paraná, entraram com uma medida judicial, pela inconstitucionalidade dos seus projetos de criação de municípios.

Srs. Deputados, o Município de Paranaguá que já foi até Foz do Iguaçu, que já foi até Laguna, que já foi São Paulo, se perder as nossas praias, terá reduzido a um dos menores municípios do Estado do Paraná.

O município de Paranaguá, quem conhece bem o Paraná e quem conhece bem Paranaguá, sabe que cento e cinquenta mil habitantes, se avolumam sobre banhado, sobre mangue, e se por acaso Paranaguá perder esse município, essa área de terra, nós estaremos fa-

dados a desistir, a acabar com o município de Paranaguá.

Vejam bem, Srs. Deputados, Paranaguá, há muito é esquecido, Paranaguá se vocês olharem, ele não tem autonomia para gerir os seus próprios negócios, porque o Conselho de Litoral, nos embarga. Caiobá pode, Guaratuba pode, mas Paranaguá não pode.

Nós estivemos nos Governos passados não sei o porquê, com uma perseguição total, contra o município de Paranaguá. Se os senhores forem de Matinhos até Monções, vocês vão andar por uma Rodovia maravilhosa que é chamada Rodovia Beira-Mar, que acaba exatamente onde começa o Município de Paranaguá.

Um outro detalhe, há mais de cinco anos a SANEPAR detém a concessão de água do município de Paranaguá, das praias de Paranaguá, só que até hoje, nada foi feito.

E, agora Srs. Deputados, se Paranaguá perder mais esse pedaço do seu território, nós estaremos fadados a acabar nos aglomerando como se aglomeram os japoneses, naqueles hotéis - dormitórios no Japão.

Eu gostaria que os Deputados estivessem com a consciência tranqüila, e eu pediria em nome de cento e cinquenta mil habitantes, pois ninguém no município de Paranaguá, aprova a criação do município de Pontal do Paraná, ninguém, e eu conversava hoje, com o ilustre Deputado Dobrandino, que esteve em Ipanema no domingo, e ele me dizia:- Fregonese, a população de Ipanema, me pediu para ajudá-la e não votar no município de Pontal do Paraná.

Eu gostaria que os senhores tivessem a consciência, que a gente não pode brincar com cento e cinquenta mil habitantes. Que, o município de Pontal do Sul, não tem arrecadação alguma, para poder sobreviver, será mais um município pedinte; será mais um Município que virá com o chapéu na mão, pedir ajuda ao Sr. Governador.

Nós também achamos que com esse projeto de resolução, nós estaremos ajudando o Governo Roberto Requião, por que será um município a menos, para dividir o pouco que todos os municípios no Paraná, hoje vêm tendo.

Então, eu pediria aos Srs. Deputados que já votaram, que já aprovaram o meu projeto, que se mantivessem nesta aprovação e que se fizesse justiça ao povo de Paranaguá. E não a interesses de meia dúzia de pessoas que desejam o Pontal do Paraná. Não quero, aqui me referir ao Deputado Algaci Túlio, porque é um grande companheiro e um grande Parlamentar, que tem tentado ajudar às praias paranaenses.

Sabemos nós que os prefeitos têm falhado com as praias. Mas, sabemos nós também, que o Governo do Estado, há mais de 15 anos não coloca um centavo sequer den-

tro do município de Paranaguá. E graças ao Prefeito atual nós estamos fazendo alguma coisa pelo município e pelas praias. Foram criados quatro estabelecimentos de ensino nas nossas praias, dois postos de saúde, transporte para escolares, atendimento a muitas prioridades que seriam responsabilidade do Estado.

O que nós queremos é, simplesmente, que Paranaguá não perca mais um pedaço da sua terra. Seria por demais humilhante para toda a população de Paranaguá ter mais um pedaço do seu território retirado. Seria como se pegássemos uma pessoa mutilada, que só tivesse um braço, e nós arrancássemos o braço desta pessoa.

Portanto, Srs. Deputados, eu espero que os Srs. se mantenham na sua decisão, que já votaram e que mantenham o voto em favor do projeto, contra o pedido do ilustre Deputado Algaci Túlio.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Geraldo Cartário, inscrito diariamente.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Sr. Presidente, esta matéria sobre o municipalismo é realmente apaixonante. Eu, com os meus dezesseis anos de idade, em Maringá, quando visitava e percorria aquele sertão, já ouvia falar em Anibal Khury: o Deputado que criava municípios. Lembro de Cruzeiro do Oeste, de Alto Piquiri, de Altônia, de Xambrê, de Pérola, de Umuarama. E, logicamente, tantos outros municípios.

Eu não posso aceitar aqui, com todo o respeito ao amigo e companheiro Fregonese, de que a criação do município deixa o município falido. Porque as instituições, no Brasil, estão falidas por outros segmentos da nossa sociedade, que não o municipalismo. Se analisarmos, por exemplo, a França, que pouco mais tem de território que o Estado de São Paulo e um pouco do Paraná, nós vamos nos deparar com o fato de que a França tem dez mil municípios enquanto o Brasil tem apenas cinco mil. Se analisarmos o Estado de Minas Gerais, hoje com mais de mil municípios, e os mineiros sempre foram mais espertos nas suas receitas. E a exemplo, agora, do Rio Grande do Sul, e outros Estados do Nordeste, que estão criando municípios para poder ter uma distribuição de rendas mais adequada, para que o dinheiro chegue mais perto do cidadão.

Desta forma, é que o Fundo de Participação dos Municípios, hoje 90%, e estão aqui diversos ex-Prefeitos do Paraná que sabem disso, hoje os municípios sobre-

vivem, única e exclusivamente do Fundo de Participação dos Municípios.

E o que é que é o Fundo de Participação, Senhor Presidente? Hoje, é um índice distribuído aos pequenos municípios do Brasil. No caso específico, o município de Pontal passará a receber 0.6. Isto representa dez milhões de cruzeiros por mês. Ainda se juntando ao ICM, que tem índice mínimo, se juntando a outros recursos, o município de Pontal do Sul terá, no mínimo, a sua receita de quinze milhões de cruzeiros, por mês.

O que os Deputados têm que se preocupar é com o número de Vereadores de cada município. Nós, aqui na Assembléia, e respeitando o ilustre Deputado Annibelli, que aumentou o número de Vereadores, aonde municípios pequenos, talvez, até como Mandirituba, onde eu fui Vereador durante quinze anos, talvez tenhamos que partir para reduzir o número de Vereadores para que o povo não entenda que é uma forma de se enriquecer mais, dar empregos para políticos. Isso sim, eu até acredito.

Mas, nós temos que levar o poder público cada dia mais junto ao cidadão. Por isso que eu quero prestar uma homenagem ao Presidente da Assembléia do Paraná, sem dúvida na história do Paraná se consagrou e, sempre será consagrado e lembrado como a figura que mais se preocupou com o cidadão do Paraná levando diretamente a ele o seu apoio governamental através de prefeitos e vereadores.

E, por último, a essa Assembléia se partir para o princípio de tirar o direito do cidadão de escolher livremente o que ele quer, nós estamos cometendo uma injustiça com o nosso povo.

Deixe Deputado Fregonese. Faça uma campanha com o "sim". Faça uma campanha em Pontal do Sul para que o povo não aceite o desmembramento. Mas, aqui na Assembléia não. Aqui nós não podemos em hipótese alguma tirar o direito do cidadão de Pontal do Sul ou de qualquer município do Estado do Paraná a escolher o que é de melhor para ele.

Deixe o povo votar livremente porque o plebiscito se faz necessário. Após o plebiscito vamos lhe cumprimentar se V.Exa. conseguir derrubar essa maioria que hoje nós achamos e que quer o município de Pontal do Sul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar a votação com a palavra o Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados.

Primeira coisa, quero registrar a es-

estranheza de estarmos discutindo uma matéria que já foi votada. A Mesa colocou em votação; tinha dado como aprovada e, por uma questão de ordem estamos discutindo aquilo que já foi aprovado no meu entendimento. Isso acho muito estranho.

A segunda razão que eu coloco é que a argumentação usada pelo nobre Deputado Algaci Túlio de que existem dois processos tramitando não é argumentação para que se vote contrário.

Se o Tribunal julgar inconstitucional não perdemos nada porque já votamos. Se manter a votação, que no meu entender deve ser mantido porque já foi aprovada, simplesmente podemos até comunicar ao Tribunal e ele engavetar, porque já foi decidido por esta Casa de Leis.

Se o Tribunal disser que é constitucional, nós já revogamos, então não implica em absolutamente nada o que está tramitando na Justiça em cima da argumentação do nobre Deputado.

Portanto, eu acho que para manter a coerência já não devíamos votar. Mas, já que vamos votar, eu acho que tem que manter a coerência da primeira votação. Senão eu já passo a acreditar no total descrédito nesse início de legislatura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A matéria está aprovada.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu fiz uma questão de ordem naquele momento pedindo para V.Exa. porque não pudemos alcançar a rapidez da sua indicação com relação ao item que estava sendo votado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. tem o recurso regimental.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu solicito a verificação de votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeito.

Os Senhores Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se.

Vinte e dois Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

A Mesa vai proceder à votação novamente porque há confusão na área.

Senhores Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se. Senhores Deputados que rejeitam o projeto. Mais os votos do Deputado Algaci Túlio e do Deputado Geraldo Cartário, que regimentalmente não podem se afastar na fase de votação. Está aprovado o projeto.

Sobre a mesa, requerimento de n° 501,

de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Deputado José Artur Ritti encaminhou à Mesa requerimento solicitando que lhe seja concedido o direito de defesa. A Mesa, combinando com o Deputado, Presidente da Comissão de Justiça, vai conceder ao Deputado dez dias para que proceda a sua defesa, que deverá ser feita em Plenário.

Requerimento de n° 498, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 499, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 513, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, com apoio dos Senhores Deputados Erondy Silvério, Emília Belinati, Antônio Annibelli e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 514, de autoria dos Senhores Deputados integrantes do Bloco Parlamentar Municipalista, Senhores Deputados Albino Corazza, Alceu Swarowski, Duílio Genari e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 515, de autoria do Senhor Deputado Albino Corazza, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 510, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente.- Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimentos de n°s 486, 487, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 488, 489, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 490, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 491, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 494, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli,

constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 503, 504, 505, 506, 507, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 508, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 509, de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, com apoioamento dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, João Arruda, Ademar Traiano e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 516, de autoria do Senhor Deputado Nilton César Servo, constante do expediente.- Encaminhe-se na forma de solicitação de informação.

Requerimento de n° 518, de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Doutor Rosinha, com apoioamento dos Senhores Deputados Nelson Justus, Lourenço Fregonese e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente.- Indeferido pelo Senhor Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós entendemos que o requerimento da lavra dos nobres Deputados anunciados por Vossa Excelência não encontram respaldo regimental. O artigo 97 do Regimento diz que trata exclusivamente o nosso Regimento, e o artigo 97 esclarece isso com profundidade, sobre a convocação do Secretário do Estado, em nenhuma parte do Regimento, pelo menos, salvo melhor juízo de Vossa Excelência e dos nobres Deputados, nós vamos encontrar menções com referência e convocação de outras pessoas que não Secretário de Estado para prestar esclarecimento. Por esta razão, solicitamos que Vossa Excelência deixe de acatar o requerimento por não ter amparo Regimental.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede a questão de ordem levantada por Vossa Excelência. A Mesa não recebe requerimento por falta de amparo Regimental.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - O objetivo do nosso requerimento é em função de muitos comentários e muitas notícias, inclusive pela própria imprensa, sobre boatos que deixam preocupações à população do Paraná quanto a LOTOPAR. Nós sabemos que, inclusive no Estado de Pernambuco a Loteria Estadual, a exemplo, ao estilo da LOTOPAR, fora extinta pelo Governo do Estado em função de sérios problemas ocorridos nesta entidade, ou nesta autarquia estadual que comanda ou

que dirigia a questão da LOTOPAR ou melhor, da loteria equivalente lá no Estado de Pernambuco. No artigo 175 da Constituição Estadual determina que 50% de todas as arrecadações de loteria do Estado sejam destinados às entidades sociais, a serviços sociais no Estado. Há muitos boatos, inclusive sobre dúvidas levantadas perante a população e pela imprensa sobre a raspinha do natal, portanto esses fatos levam a solicitar explicações do Presidente da LOTOPAR diante de tudo isso que paira pelos ares do Paraná, no momento. Em função do acatamento de V.Exa. do pedido do Deputado Orlando Pessuti eu solicito a V.Exa. que seja encaminhado esse ofício, ou melhor, este requerimento à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento de V.Exa. está indeferido.

O requerimento é anti-regimental, V.Exa. poderá fazer a convocação do Secretário responsável pela respectiva Pasta.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Nós o faremos.

Requerimento de n° 479, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente de sessão anterior.- Encaminhe-se extra oficialmente.

Com a palavra o Deputado Basílio Zanusso, para encaminhar.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, ainda ontem quando foi anunciado esse requerimento pelo Sr. Presidente eu pedi para discutir, para que desse oportunidade para que nós sobre ele falássemos hoje, porque sempre que se ouve ou se escuta um voto de repúdio, uma moção de repúdio, soa mal, se bem que "repúdio" dá impressão de palavrão, mas não é, mas não deixa de ser agressivo, mesmo que a intenção dos ilustres Deputados subscritores do requerimento não seja essa.

Portanto, Sr. Presidente, quero manifestar meu voto ao contrário porque no requerimento os Parlamentares dizem que: após ouvido o Plenário requerem moção de repúdio a ação arbitrária e anti-democrática da direção da empresa brasileira de Correios e Telégrafos, ao solicitar a intervenção da Polícia Federal no sentido de apreender materiais dos trabalhadores, etc."

Não posso, inclusive, entrar em detalhes porque desconheço o fato, apenas por noticiário da imprensa, mas até porque em se tratando de um órgão federal foge a nossa competência, nós podemos divergir, discordar, mas parece-me que não se recomenda agora no início da legislatura que

nós apresentemos a órgãos da administração federal esse tipo de manifestação frontal e que foge, sem dúvida alguma, à competência legislativa desta Casa.

Era minha manifestação Sr. Presidente!

O SR. FLORISVALDO FIER:- Sr. Presidente, a questão dessa moção é em função de que houveram algumas denúncias já o ano passado, inclusive formulada por ex-Deputados da questão de material de campanha eleitoral que não foram remetidos aos eleitores, e esse material a Empresa de Correios e Telégrafos, podemos lembrar bem, estava vendendo para papel usado, estava queimando e não encaminhando essa correspondência. Abriu-se uma sindicância no Correio e ninguém foi punido. O Sindicato daquela categoria na época denunciou isso, e agora voltava a público, denunciando novamente a não punição dos responsáveis por terem jogado esse papel ou vendido ou queimado, que eram correspondências da campanha eleitoral, e por isso aquela empresa demitiu trabalhadores e pediu para o Polícia Federal apreender esse material, no qual tornava público a não punição dos responsáveis por venderem aquele papel, aquelas cartas que iam aos eleitores.

Portanto, é justa esta moção que nós apresentamos porque a Empresa de Correios e Telégrafos errou. Ela poderia ter dito, ao colocar aquelas cartas, que ela não teria capacidade de entregar e que possivelmente, não entregaria, mas não fez isso; fez todos nós gastarmos dinheiro em selo, em tempo, em postagem para, depois, queimar ou vender para papel usado. Por isso, nós estamos repudiando este ato atual, que é um desdobramento daquele primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Realmente, foge à competência desta Mesa dirigir-se às autoridades federais no sentido de condená-las a uma moção de repúdio mas a Mesa vai encaminhar o teor deste requerimento, sem devida aprovação, claro, às autoridades mencionadas no requerimento.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sábia decisão, Senhor Presidente.  
Pela ordem.

(Assentimento).

V.Exa. minutos atrás, anunciou sua decisão com referência ao requerimento do Deputado José Artur Ritti. Nós entendemos que o pleito do nobre Deputado não foi atendido, e é um direito de V.Exa. evidentemente, porque o mesmo requeria a devolução do projeto de resolução à Comissão de Constituição e Justiça para que no Plenário daquela comissão constitucional pudessem o nobre Deputado José Artur Ritti formular a sua defesa, coisa que não aconteceu por ocasião da tramitação do projeto naquela comissão, tendo em vista que a ele não foi dada esta oportunidade.

Entendemos, Senhor Presidente, que esta era a intenção e a vontade do nobre Deputado José Artur Ritti e nós gostaríamos que também esta fosse a decisão da Mesa. Por esta razão, solicitamos a V.Exa. que se não for esta a decisão de V.Exa. adote aquela que o Deputado requereu.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Regimentalmente a Comissão de Constituição e Justiça aprecia o aspecto constitucional dos projetos de lei e dos projetos de resolução; cabe ao Plenário, agora, aprovar ou rejeitar a moção porque a Comissão de Constituição e Justiça declarou a constitucionalidade do ato da Mesa.

É matéria de alta indagação e o jovem Deputado está aqui; na próxima sessão nós vamos reexaminar o assunto e dar o nosso voto ou a nossa decisão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 1º de abril, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 18/91.
- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 31/91.  
e dos Projetos de Lei n°s 11, 27, 38, 40, 45, 46, 53 e 54/91.  
e dos Projetos de Resolução n°s 12, 14 e 21/91.

Levanta-se a sessão.